

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

**Instituto de Filosofia Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia**



**AGROECOLOGIA E CAMPESINIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DA
ARPASUL E DA COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA**

Neilo Márcio da Silva Vaz

Pelotas, 2013

Neilo Márcio da Silva Vaz

AGROECOLOGIA E CAMPESINIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DA
ARPASUL E DA COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto

Pelotas, 2013.

Catálogo na Publicação

Maria Fernanda Monte Borges

CRB - 10/1011

V393a Vaz, Neilo Márcio da Silva

Agroecologia e campesinidade : um estudo a partir da ARPASUL e da Cooperativa Sul Ecológica / Neilo Márcio da Silva Vaz ; orientador William Héctor Gómez Soto. - Pelotas, 2013.

97 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

Banca examinadora:

Profº Dr Carlos Roberto da Silva Machado (FURG)

Profº Dr. Pedro Selvino Neumann (UFSM)

Profª Drª Renata Menasche (UFPEL)

Dedicatória

À Elis, por tudo que sua vida trouxe à minha.

À Magda, pelo companheirismo na caminhada cotidiana de fazer a vida juntos.

Agradecimentos

Ao CNPq/CAPES, por ter proporcionado o financiamento deste trabalho.

Aos funcionários e bolsistas da secretaria do PPGCS, pela eficiência, disponibilidade e esforço em buscar resolver os inevitáveis percalços burocráticos.

Aos professores do PPGCS com quem tive contato no decorrer do curso pela dedicação.

Em especial ao professor William, pela confiança depositada, pela capacidade compreensiva que tem com os alunos, pela paciência e serenidade com que conduziu a relação no nosso processo, pelo profissionalismo demonstrado em cada passo indicado e pela presença positiva no decorrer da pesquisa.

Aos professores Renata Menasche e Carlos Machado que compuseram a banca de qualificação, pelas críticas e pela disposição em colaborar no processo.

Minha eterna gratidão:

Ao meu pai (*in memoriam*), pois, à sua maneira, me instigou sempre a dar valor aos estudos.

À minha mãe que, do jeito que sabia e podia, empenhou o seu tempo de vida, o suor do seu trabalho, o seu cuidado e amor materno, as palavras duras quando necessárias, a simplicidade e sabedoria de vida, apostando simplesmente que seríamos capazes de trilhar nosso caminho com dignidade.

Ao meu irmão Dagoberto, pela disponibilidade em sempre contribuir ao seu modo para que as coisas andassem pra frente.

Ao Luiz Graciano, homem que a vida me deu como outro pai, pelos causos que tanta leveza trazia às horas de inevitável cansaço, pelas lições de vida fundamentais naqueles dias de incertezas e medos, pelo incentivo para completar os estudos, por ter me feito entender a dimensão da liberdade contida no conhecimento e pelos exemplos de como tocar a vida em tempos de insistente dureza.

A todos os grandes amigos, membros da família extensa que encontramos no fazer mundo. Aos que já partiram: o registro da saudade e a gratidão por terem feito a diferença em minha vida. Especial saudação a Osmar Hences e Fernando Kieling.

Aos que pelas circunstâncias da vida não compartilham nosso aqui e agora e, mesmo se fazendo distantes nesta empreitada, agradeço pelos encontros humanamente enriquecedores que vivemos juntos e pelas demonstrações de que a construção de uma 'amizade sincera' ainda faz sentido.

Aos que se fizeram presença durante a realização deste trabalho pela disposição, pela parceria, pela paciência, pela alegria, e, sobretudo, pela certeza de que se o 'tempo enfeiar' podemos contar uns com os outros. Um especial agradecimento a Lis, pela grande contribuição que teve no processo de construção deste trabalho.

Aos colegas da turma 2011 e 2012, companheiros muito especiais. Cada qual ao seu modo contribuiu para que, nesses dois anos de convivência, turnos de aula não fossem somente jornadas de estudos; para que o café e o chimarrão não fossem apenas bebidas estimulantes; para que os encontros, seminários, jornadas e afins não fossem mais um evento da área e um certificado para o lattes e para que o churrasco de final de ano não fosse mais um evento social e uma foto no facebook.

Amizade Sincera

Renato Teixeira

*A amizade sincera é um santo remédio
É um abrigo seguro
É natural da amizade
O abraço, o aperto de mão, o sorriso*

*Por isso se for preciso
Conte comigo, amigo disponha
Lembre-se sempre que mesmo modesta
Minha casa será sempre sua... amigo*

*Os verdadeiros amigos
Do peito, de fé
Os melhores amigos
Não trazem dentro da boca
Palavras fingidas ou falsas histórias
Sabem entender o silêncio
E manter a presença mesmo quando ausentes
Por isso mesmo apesar de tão raro
Não há nada melhor do que um grande amigo... amigo... amigo...*

Aos agricultores e agricultoras que se dispuseram a colaborar na pesquisa, que jamais teria o sentido e a forma que tomou sem que tivessem aberto suas casas, emprestado suas falas e confiado em nosso trabalho. Muito obrigado pela receptividade, hospitalidade, carinho, confiança e pelas lições de vida que compartilharam comigo.

O Cio da Terra

Milton Nascimento

*Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão*

*Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel,
Se lambuzar de mel*

*Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação
De fecundar o chão.*

Resumo

VAZ, Neilo Márcio da Silva. Agroecologia e campesinidade: um estudo a partir da ARPASUL e da Cooperativa Sul Ecológica. 2013. 95f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

As experiências desenvolvidas por agricultores, baseadas nos princípios da agroecologia, constituem um fenômeno significativo no âmbito do desenvolvimento da ruralidade brasileira e mundial na contemporaneidade. O campesinato constitui-se em uma categoria social e política dotada de grande densidade histórica, tendo em vista os inúmeros processos sociais e políticos que se encontram como protagonistas esses modos de vida no decorrer da história de nossas sociedades. No conjunto do trabalho o campesinato é pensado a partir de sua presença na configuração da formação social brasileira e sua relação com o desenvolvimento da agricultura na contemporaneidade, o que perpassa questões relacionadas à sua constituição enquanto categoria social e política capaz de reproduzir-se na história a partir de uma matriz sociocultural referencial para as gerações presentes. Essa perspectiva permitiu uma abordagem mais eficaz dos processos sociais que são vivenciados por sujeitos que aderem ao desenvolvimento da agricultura de base agroecológica, tendo a partir da visão dos agricultores, uma compreensão sociológica acerca dessa adesão, enquanto estratégia de reprodução de uma lógica sociocultural camponesa e a possibilidade de superação da condição de subalternidade relegada aos modos de vida camponeses na modernidade. O universo empírico da pesquisa refere-se ao contexto da Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL) e da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. (CSE). Os dados analisados foram obtidos através de entrevistas e observações diretas realizadas junto ao cotidiano dos agricultores. Emerge da pesquisa que a agricultura de base agroecológica está intimamente relacionada ao processo sociopolítico de introdução da questão ambiental no mundo rural, tendo por meio da participação dos agricultores em redes econômicas, sociopolíticas e sociotécnicas a incorporação de valores como busca pela qualidade de vida e a preservação do meio-ambiente, sendo que essa adesão relaciona-se intimamente ao processo de reprodução do pertencimento desses sujeitos a uma tradição camponesa, uma vez que esses valores incorporados potencializam a nucleação e inter-relação existente entre terra, trabalho e família. Também a adesão à agricultura baseada na agroecologia se constitui em uma experiência significativa no que diz respeito à relação da agricultura e o campesinato na contemporaneidade, sendo possível pensar em termos de uma superação da condição histórica marcada pela subserviência e subalternidade dos modos de vida camponeses dentro da estrutura social.

Palavras-chave: Agroecologia. Ambientalismo. Campesinato. Campesinidade.

Abstract

VAZ, Neilo Márcio da Silva. Agroecologia e campesinidade: um estudo a partir da ARPASUL e da Cooperativa Sul Ecológica. 2013. 94f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The experiments carried out by farmers, based on the principles of agroecology, are a significant phenomenon regarding the development of Brazilian and world rurality in contemporaneity. The peasantry is constituted in a social and political category endowed with great historical density, considering the numerous social and political processes where are found as protagonists these ways of life throughout history. In the set of this work the peasantry is thought from its presence in the configuration of the Brazilian social formation and its relation with the development of the agriculture in contemporaneity, which pervades issues related to its constitution while social and political category able to reproduce itself in history from a reference sociocultural matrix for the present generations. This perspective allowed a more effective approach to social processes that are experienced by subjects who adhere to the development of agriculture of agroecological base, having, from the perspective of farmers, a sociological understanding about this adherence, while reproduction strategy of a peasant sociocultural logic and the possibility of overcoming of the condition of subordination relegated to the peasant ways of life in modernity. The empirical universe of the research refers to the context of the Regional Association of Agro Ecological Producers of the Southern Region and of the South Ecological Cooperative of Family Farmers Ltd. The analyzed data were obtained through interviews and direct observations carried out along with the daily life of farmers. Emerges from the research that the agriculture with agroecological base is closely related to the sociopolitical process of introduction of the environmental issue in the rural world, having through the participation of the farmers in economic, socio-political and socio-technical networks the incorporation of values such as the search for quality of life and the preservation of the environment, being this adherence closely related to the process of reproduction of the belonging of these subjects to a peasant tradition, since these embedded values potentiate the nucleation and inter-relation existent between land, labor and family. Also the adherence to the agriculture based on agro-ecology constitutes a significant experience with regard to the relation between agriculture and the peasantry in contemporaneity, being possible to think in terms of overcoming the historical condition marked by the subservience and subordination of peasant ways of life within the social structure.

Keywords: Agroecology. Environmentalism. Peasantry. Peasantry.

Lista de abreviaturas e siglas

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural
APPN – Associação Paulista de Proteção Natural
ARPASUL – Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul
CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
COPTEC – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CSE – Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.
ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação
FBCN – Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ISEC – Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses
MAPE – Movimento Arte e Pensamento Ecológico
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Abastecimento de Alimentos
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UCPEL – Universidade Católica de Pelotas
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UNAIC – União das Associações do Interior de Canguçu

Lista de quadros

Quadro 1 – Comparativo de modelos de agricultura/FAO/INCRA/1994.....	37
Quadro 2 – Tipo de Ambientalismo e atores sociais	47
Quadro 3 – Instituições e/ou organizações com as quais os agricultores da ARPASUL e CSE mantêm relação.....	72

Figuras

Figura 1– Desenho ilustrativo da forma de ocupação da sala de reuniões.....	66
---	----

Sumário

Introdução.....	14
1 O debate acerca do conceito de campesinato e a perspectiva adotada na pesquisa.....	20
1.1 A presença camponesa na sociedade segundo os clássicos e a noção de campesinidade como perspectiva de abordagem do objeto	20
1.2 A presença campesina na sociedade brasileira e as questões-chave para pensar a agricultura de base agroecológica e sua relação com a sociedade global.....	30
2 Mapeando o traçado sociopolítico da questão ambiental brasileira e a introdução da questão ambiental no rural contemporâneo	42
2.1 Da gênese conservacionista, passando pela bipolarização conservacionismo/socioambientalismo, à multissetorialidade.....	42
2.2 A introdução da questão ambiental no rural contemporâneo: do olhar ambientalista sobre a agricultura à agroecologia enquanto alternativa técnico-científica fundamental à sustentabilidade.....	48
3 A estruturação da ARPASUL e CSE, o contexto empírico e os sujeitos da pesquisa.....	58
4 As categorias culturais no contexto dos agricultores de base agroecológica e a discussão possível	68
Conclusões	84
Referências	88
Anexos	92
Anexo 1 – Roteiro de entrevista geral	93
Anexo 2 – Roteiro de entrevista com os dirigentes	94

Introdução

Há essa terra que nós temos aqui, é tudo p'ra gente, é nossa vida. Na verdade, essa terra não é nossa, pois estamos aqui só de passagem. A terra fica e a gente vai. Então nós temos que cuidar dela para pelo menos devolver p'ro outro, ela do jeito que pegamos. Devemos cuidar e tratar porque além de dar o sustento para mim e minha família, quando eu partir e não estiver mais aqui para trabalhar, o outro que nela estiver, se ela estiver em bom estado, vai poder sustentar também sua família. Pena que pelo que eu vejo hoje aqui mesmo nos arredores plantam de qualquer jeito, atiram veneno p'ra isso, praquilo, e as plantas deles vêm só na base do veneno e do adubo e no fim deixam a terra fraca e nem pensam nos outros que vão pegar depois.

Fragmento da fala do Sr José Nilson Fagundes Duarte
(quilombola da comunidade Maçambique, Canguçu-RS)

In Descobri que tem raça aqui (2007)

Este estudo pretende compreender os processos sociais que se encontram presentes no desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica. Trata-se de um estudo de cunho sociológico, em que é estabelecido um estreito diálogo com as perspectivas de áreas do conhecimento como a Geografia Humana, o Direito Ambiental, a Ecologia Política e principalmente a Antropologia.

A pesquisa se desenvolveu junto a agricultores de base agroecológica componentes da Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL) e da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. (CSE) que abrange os municípios de Pelotas, Capão do Leão, Arroio do Padre, Morro Redondo, Canguçu, Herval, Cerrito, Turuçu e São Lourenço do Sul, sendo que a primeira congrega cento e cinquenta famílias e a segunda, vinte e nove.

A escolha dessas duas organizações como campo empírico de pesquisa se justifica em função do número de agricultores envolvidos, da abrangência regional da experiência e também pela diversidade de atores sociais que se encontram envolvidos nas redes de relações econômicas, sociais, políticas e sociotécnicas que esses agricultores mantêm, tratando-se de uma experiência complexa, e constituindo-se em um espaço profícuo para o desenvolvimento de estudos acerca dos processos sociais rurais na contemporaneidade.

Dados sobre a produção baseada nos princípios agroecológicos a nível mundial¹ revelam que somente considerando os agricultores possuidores de certificação tem-se a presença desse tipo de produção agrícola em 150 países, principalmente no Japão, na Austrália, em países da Europa e da América do Sul, totalizando mais de 35 milhões de hectares cultivados. Foi registrado um aumento médio de 9,0% na área cultivada a nível mundial, entre 2007 e 2008, sendo que na América Latina os índices indicam aumentos na ordem de 25,7% nesse mesmo período. No que se refere ao mercado de produtos orgânicos, houve um movimento de 50,9 bilhões de dólares em 2008, sendo constatado um aumento de 100% em um intervalo de cinco anos.

Informações acerca da caracterização da produção baseada nos princípios agroecológicos na América Latina revelam que se trata de um universo de 260 mil propriedades, totalizando 8,0 milhões de hectares, sendo que a maior participação é verificada na Argentina que conta com 4,0 milhões de hectares, seguida do Brasil com 1,8 milhões de hectares e do Uruguai com 930 mil hectares. Há diferenças quanto às características dos produtores nesses países, sendo constatado que, enquanto nos casos da Argentina e do Uruguai predominam as grandes propriedades produzindo dentro dos moldes agroecológicos, no Brasil 80% é desenvolvido pela agricultura familiar camponesa.

As experiências desenvolvidas por agricultores, baseadas nos princípios da agroecologia, constituem um fenômeno significativo no âmbito do desenvolvimento da ruralidade brasileira e mundial na contemporaneidade, configurando-se como um fenômeno complexo, relacionado a arranjos mercadológicos², à definição de ações políticas nos níveis governamentais e não-governamentais e a alterações nas dinâmicas sociais e produtivas camponesas relacionadas à introdução da questão ambiental no meio rural.

O campesinato constitui-se em uma categoria social e política dotada de grande densidade histórica, tendo em vista os inúmeros processos sociais e políticos que se encontram como protagonistas nesses modos de vida no decorrer da história de nossas sociedades.

¹ Diz respeito à nota técnica 08/2010, publicada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). O referido documento traz dados acerca da produção baseada na agroecologia nos âmbitos mundial, nacional e no estado do Paraná.

² Principalmente no que diz respeito a cadeias produtivas organizadas a partir de nichos de mercado, abrangendo agricultores de pequeno e grande porte.

No conjunto do trabalho o campesinato é pensado a partir de sua presença na configuração da formação social brasileira e sua relação com o desenvolvimento da agricultura na contemporaneidade, o que perpassa questões relacionadas à sua constituição enquanto categoria social e política capaz de reproduzir-se na história a partir de uma matriz sociocultural referencial para as gerações presentes, bem como são considerados os processos sociais rurais vivenciados pelos camponeses quando do desenvolvimento da agricultura moderna, o que implica considerar as consequências nefastas do ponto de vista econômico, social e ambiental advindas da modernização da agricultura, assim como os processos relacionados às contraposições a esse modelo, engendrados pelos camponeses na atualidade.

O estudo dos processos sociais rurais constitui-se em um campo de estudos consolidado no interior das Ciências Sociais em geral. Dentro da leitura crítica clássica sociológica, o campesinato é pensado a partir de suas dinâmicas internas e externas, sendo buscada uma interpretação acerca do lugar do campesinato no desenvolvimento da agricultura capitalista e sua relação com a sociedade em geral.

No contexto da pesquisa foi buscada uma perspectiva que se desvincula das ideias de extinção e adaptação inevitável dos modos de vida camponeses ao capitalismo e, ao mesmo tempo, distancia-se de leituras de cunho economicista. Foi adotada uma perspectiva em que a abordagem da realidade social estudada se deu a partir da noção de campesinidade, proposta por Woortmann (1990), possibilitando a construção de uma interpretação acerca do processo de desenvolvimento da agricultura de base agroecológica a partir da visão de mundo dos agricultores, se constituindo no ponto de partida para compreensão mais geral relacionada à possibilidade de superação da subserviência e subalternidade historicamente relegadas ao campesinato na história das sociedades latino-americanas.

Assim, essa perspectiva interpretativa permitiu uma abordagem mais eficaz dos processos de reprodução de uma tradição sociocultural camponesa no contexto de introdução da questão ambiental no meio rural, buscando, a partir da particularidade que marca a campesinidade nesses contextos, uma compreensão da totalidade dos processos sociais que envolvem a relação dos agricultores estudados com o conjunto da sociedade na contemporaneidade.

Considerando o camponês como um sujeito histórico que, no caso brasileiro, tem sua gênese e formação baseada em processos de subalternidade e luta pela existência como modo de vida e partindo da realidade vivida por camponeses que

em suas práticas produtivas desenvolvem uma agricultura de base agroecológica, é elaborada uma interpretação da totalidade social que compõe a campesinidade nesses contextos. Tem-se, a partir da visão dos agricultores, uma leitura acerca da possibilidade que o desenvolvimento desse tipo de agricultura condiciona, em termos, a superação da condição subalterna historicamente relegada ao campesinato na história brasileira.

O objetivo da pesquisa foi compreender os processos sociais que são vivenciados por sujeitos que aderem ao desenvolvimento da agricultura de base agroecológica, buscando, a partir da visão dos mesmos, uma compreensão acerca dessa adesão, enquanto estratégia de reprodução de uma campesinidade e possibilidade de superação da condição de subalternidade relegada aos modos de vida camponeses na modernidade.

Em relação aos objetivos específicos propôs-se compreender o processo de inserção desses agricultores na prática da agricultura baseada na agroecologia; investigar as formas de organização e dinâmica executiva da cooperativa e associação; identificar os atores sociais componentes das redes econômicas, sociais, políticas e sociotécnicas que os agricultores fazem parte e realizar um levantamento detalhado sobre a configuração do universo valorativo que esses agricultores compartilham.

A hipótese de pesquisa é que essa forma de agricultura se constitui em uma estratégia encontrada pelos agricultores para reprodução de uma lógica sociocultural camponesa, tendo-se a possibilidade de instauração de um quadro de superação da subalternidade e subserviência historicamente relegadas ao campesinato na história social brasileira.

O trabalho de campo foi desenvolvido em duas etapas, uma primeira correspondendo a uma fase exploratória realizada entre janeiro e fevereiro de 2012, em que foram realizados os primeiros contatos e observações que embasaram a construção do projeto de pesquisa³.

Entre junho e novembro do mesmo ano foi realizada a segunda etapa do trabalho, constituindo a efetiva entrada a campo, tendo sido o momento de realização das entrevistas e observações. A coleta de dados se deu por intermédio da técnica de entrevista, com uso de roteiro semiestruturado⁴ e observação

³ Projeto submetido à banca de qualificação em junho de 2012.

⁴ Ver formulários utilizados para as entrevista nos anexos 1 e 2.

participante, com registro em diário de campo, tendo sido realizadas oito entrevistas que se deram junto às residências dos agricultores, localizadas nos municípios de Morro Redondo e Pelotas e na sede de uma das organizações em Pelotas. As observações diretas foram realizadas em todos os espaços relacionados à participação dos agricultores na produção de base agroecológica, compreendendo o cotidiano de trabalho nas propriedades rurais, as reuniões junto às sedes das organizações e a realização das feiras na cidade de Pelotas.

A estratégia para a constituição do universo de informantes se deu a partir da construção de um mapeamento de possíveis informantes mediante informações preliminares obtidas junto à presidenta da ARPASUL e via coordenadores de grupo no caso da CSE. Para esse mapeamento foi utilizado como principais critérios o gênero, idade, local de moradia, tempo de participação nas organizações e função exercida nas organizações. O exercício de construção do mesmo foi muito importante, por um lado, porque garantiu a constituição de um universo de informantes heterogêneo e, por outro, possibilitou que a coleta de dados não ficasse restrita às lideranças.

A compreensão dos processos sociais a partir do universo significativo do camponês permite a apreensão daquilo que é vivido cotidianamente por sujeitos que têm sua história marcada por um lado pela subalternidade, dentro da estrutura social como um todo, e por outro pela imensurável capacidade de, frente às adversidades, desenvolver uma amplitude de possibilidades processuais baseadas na criatividade, na reciprocidade, na esperança e na capacidade regeneradora, compreendendo-se que campesinidade se reproduz nessas realidades e que possibilidades de futuro nesses contextos são capazes de revelar a sociedade em seu conjunto.

No sentido de não impor pela prática científica mistificações acerca dessas experiências é que este estudo situa a reflexão a partir do ponto de vista dos sujeitos que compõem a realidade social estudada, possibilitando caminhar na direção daquilo que encerra um dos mais dignos papéis das Ciências Sociais, qual seja, o de ampliar os discursos humanos e, com isso, a capacidade dos povos de engendrar processos sociais positivos.

O envolvimento do pesquisador com a temática dos processos sociais rurais e mais especificamente com a temática da agricultura de base agroecológica se deu anteriormente ao ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, estando relacionado à atividade profissional ligada à extensão rural em que atuou

como Sociólogo em assentamentos da reforma agrária em Piratini-RS, compondo o corpo técnico da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTEC), ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Na oportunidade foi possível vivenciar profissionalmente o cotidiano de implantação de sistemas produtivos de base agroecológica no contexto de uma agricultura familiar camponesa pertencente a um dos maiores movimentos sociais da história recente. Tem-se no contato mais estreito com a complexidade que compõe o processo de adoção desse tipo de modelo de produção a dimensão dos limites, potenciais e lacunas que permeiam essas experiências, sendo esse contato profissional que instigou a elaboração de uma proposta de estudo focado nos processos sociais vivenciados por agricultores de base agroecológica.

A dissertação está estruturada de forma que, a partir dos elementos introdutórios, divide-se em quatro capítulos, sendo que os dois primeiros tratam das principais questões teóricas envolvidas no desenvolvimento da pesquisa e o terceiro e quarto trazem os elementos relacionados ao trabalho de campo e à análise dos dados. Ao final são apresentadas as conclusões do estudo.

No primeiro capítulo, em duas seções é apresentada a perspectiva teórica adotada na pesquisa, tendo-se primeiramente a discussão acerca da abordagem clássica sobre a presença do campesinato na agricultura moderna e da noção de campesinidade, enquanto perspectiva que permite abordar a questão de pesquisa a partir da visão dos agricultores. A segunda seção situa o campesinato como categoria social e política presente na configuração da formação social brasileira e apresenta alguns elementos atuais na agricultura camponesa referentes às transformações sociais associadas ao desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica.

O segundo capítulo encontra-se estruturado em dois momentos distintos e complementares. No primeiro é traçada uma contextualização sobre a configuração geral do ambientalismo no caso brasileiro, tendo-se a dimensão sociopolítica envolvida na adoção da agricultura baseada na agroecologia. A segunda parte discute a questão da introdução da questão ambiental no mundo rural e a adoção da agroecologia como alternativa paradigmática no desenvolvimento rural, tendo-se os elementos para discussão acerca da relação entre essa adesão e a reprodução de uma condição camponesa.

No terceiro capítulo um primeiro momento trata da estruturação e dinâmica executiva das organizações e o segundo, dos aspectos relativos ao trabalho de campo.

O quarto capítulo traz os elementos e categorias culturais que compõem o universo significativo dos agricultores de base agroecológica e realiza a análise no estudo.

1 O debate acerca do conceito de campesinato e a perspectiva adotada na pesquisa

O objetivo deste capítulo é apresentar a perspectiva teórica adotada na pesquisa. Está organizado em duas seções, de maneira que a primeira traz a discussão acerca da abordagem clássica sobre a presença do campesinato na agricultura moderna e trata da noção de campesinidade, enquanto perspectiva que permite abordar a questão de pesquisa a partir da visão dos agricultores.

Em um segundo momento situa o campesinato como categoria social e política presente na configuração da formação social brasileira e apresenta alguns elementos atuais da agricultura camponesa que permitem pensar em termos das transformações sociais que marcam o desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica.

1.1 A presença camponesa na sociedade segundo os clássicos e a noção de campesinidade como perspectiva de abordagem do objeto

Esta seção aborda o debate clássico da questão da presença camponesa na agricultura moderna e trata da noção de campesinidade.

Fundamentalmente a leitura crítica clássica constitui-se em peças intelectuais que dão conta da interpretação do lugar do campesinato no desenvolvimento da agricultura inserida no sistema capitalista e em sua relação com a sociedade em geral. Tendo como pilares fundamentais as teses de Lênin, Kautsky e Chayanov, são apresentadas as linhas argumentativas centrais de cada autor e identificadas convergências e divergências entre as mesmas, permitindo o apoio na reflexão em torno da questão de pesquisa. É buscada a consolidação de uma perspectiva desvinculada da linearidade contida na ideia de extinção e de adaptação inevitável do campesinato ao capitalismo, permitindo a busca por uma perspectiva que permita uma compreensão da totalidade social que envolve os processos sociais vivenciados pelos agricultores pesquisados.

No que diz respeito à obra de Vladimir Lênin, pode-se afirmar que, para qualquer análise que se proponha discutir o campesinato, destaca-se o desenvolvimento do Capitalismo na Rússia como uma referência teórico-metodológica fundamental, tanto em função da inovação que ofereceu aos debates

da época, bem como pela enorme repercussão conquistada no campo intelectual e político ao redor do mundo.

A elaboração interpretativa de Lênin insere-se em um contexto político de intenso conflito no interior da social democracia russa, tendo o tema do destino do campesinato no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista um protagonismo para a definição de seu programa agrário. Baseado nas premissas teóricas e metodológicas de Marx, o central na perspectiva desse autor diz respeito à tese da ‘diferenciação do campesinato’ e sua inevitável ‘desintegração’, enquanto consequência do desenvolvimento do sistema capitalista na Rússia que, através da instauração da divisão social do trabalho e a consequente produção de mercadoria, transforma gradativamente a Rússia em uma sociedade industrializada.

O autor é contrário à tese de que a pequena produção mercantil pode se constituir enquanto uma especificidade dentro da estrutura social, uma vez que, no seu entendimento, esta somente é concebida enquanto manifestação da contradição de classe, sendo a produção das classes fundamentais do capitalismo mercantil também vivenciada no contexto camponês. Para Lênin (1985, p. 113) “o conjunto das contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato”, de forma que, no seu entendimento, o destino do camponês tradicional é um processo inevitável de ‘desintegração’, convertendo-se à condição de ‘proletário rural’, tendo como par contraditório a ‘burguesia agrária’.

Em relação à perspectiva de Karl Kautsky, assim como à de Lênin, ela está embasada nos pressupostos teórico-metodológicos de Marx, diferindo-se em relação à forma de abordagem da própria perspectiva marxiana e o enfoque da pesquisa. Para Kautsky (1980) a transposição das deduções de Marx acerca da forma de funcionamento do capitalismo para a realidade agrária é um processo inconcebível e ineficaz do ponto de vista analítico, afirmando que não basta saber o destino da pequena produção na agricultura capitalista, devendo-se segundo Kautsky (1980, p. 28) “pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas”, o que denota a consideração das concretudes sociais para a análise.

O enfoque de Kautsky está centrado nas relações entre a agricultura e a indústria, de maneira que, no seu entendimento, ao passo que o capitalismo se desenvolve, há um processo gradual de introdução do caráter industrial nas relações

de trabalho agrícola, o que compreende a divisão social do trabalho, a adoção de máquinas e equipamentos e o aumento da produtividade do trabalho, o que invariavelmente corrompe a dinâmica tradicional campesina, baseada no trabalho familiar e artesanal e na autossuficiência de mercadorias necessárias à sobrevivência da família.

No seu entendimento, em função de uma inferioridade técnica da pequena produção, há uma incompatibilidade entre as formas tradicionais e as modernas, pois, na medida em que a lógica industrial moderna penetra no âmbito da racionalidade de produção camponesa, há uma gradual substituição do camponês, ator social central de uma sociedade não-relacional, por um ser dependente do mercado, necessitando comercializar sua produção convertida em mercadoria e, mediante o avanço do processo de industrialização, se dá a sucumbência do campesinato enquanto classe. Diferentemente de Lênin, para Kautsky, esse processo, apesar de inevitável, não é dotado de uma linearidade no tempo e espaço.

Apesar de adotarem pontos de partida diferenciados na abordagem do objeto, Kautsky e Lênin partilham da ideia de extinção do campesinato mediante o processo de desenvolvimento do capitalismo, o que não corresponde à realidade experimentada na contemporaneidade, pois, conforme sinaliza Almeida (2007), como nunca na realidade brasileira se configuram discursos e práticas contra-hegemônicas em que os protagonistas são sujeitos pertencentes a uma identidade camponesa, como é o caso de atingidos por barragens, de indígenas, seringueiros, caiçaras, quilombolas, sem-terra, pequenos agricultores 'agroecológicos' ou 'convencionais' etc.⁵.

Demonstra-se que as leituras que defendem o inevitável fim do campesinato frente ao capitalismo se equivocam enquanto quadro interpretativo capaz de generalizar os processos sociais rurais, pois, não sendo a produção da história geral das sociedades um processo linear e homogeneizador, a trajetória particular do campesinato é resultado de uma diversidade de processos sociais constituídos de diversos fenômenos contraditórios e coexistentes como é o caso da descampesinização e campesinização, proletarianização e valorização da autonomia do trabalho, processos de industrialização moderna e retorno às formas artesanais

⁵ Dentro da distinção de ser 'pequeno', há ainda a distinção entre aqueles agricultores que cultivam dentro dos parâmetros de um modelo técnico-produtivo considerado 'convencional', baseado nos princípios da revolução conservadora da agricultura e os considerados 'agroecológicos' ou 'alternativos', que aderiram ao modelo de produção baseado nos princípios da agroecologia.

de transformação das matérias-primas, formação de cartéis para comercialização de insumos e alimentos e fortalecimento da venda direta realizada pelo agricultor ao consumidor.

Em relação ao objeto de pesquisa, o que a análise da trajetória social dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica demonstra é que ao longo da vida são estabelecidas estratégias econômicas, sociais e políticas que são operadas com o objetivo de garantir as condições objetivas para a reprodução do pertencimento a uma lógica que se aproxima de uma tradição camponesa, não se tratando da conversão linear em proletariado, como traz o núcleo da interpretação leninista.

Tampouco se observa que o desenvolvimento de um processo de industrialização da agricultura tenha sucumbido aos elementos estruturais da forma camponesa de organização da produção. Muito pelo contrário, o que se constata a campo é justamente a reafirmação das formas artesanais da produção e da indústria, da venda direta aos consumidores e busca da autossuficiência da família. Assim, tanto a ‘teoria da diferenciação’ de Lênin como a da ‘industrialização da agricultura’ de Kautsky não permitem uma elaboração que dê conta da elucidação dos processos sociais que marcam a presença de uma agricultura de base agroecológica no contexto camponês estudado.

Outra referência clássica fundamental na discussão acerca da relação da temática campesina e o desenvolvimento do sistema capitalista é Alexander Chayanov que, enquanto membro da importante ‘Escola de Organização e Produção’, dentre tantas temáticas relacionadas ao meio camponês russo da época, desenvolveu a ‘teoria da unidade econômica camponesa’. A partir de uma ampla base de dados empíricos, coletados principalmente pelos *zemstvos*⁶, o autor propõe uma análise da dinâmica interna de funcionamento da unidade de produção familiar camponesa, sendo uma teoria que tem por pressuposto fundamental a especificidade da economia camponesa, enquanto unidade econômica organizada sob outra racionalidade que não a empresarial capitalista e a coexistência desta com outras formas no decorrer da história.

Fundamentalmente, na perspectiva de Chayanov, essa racionalidade que particulariza a economia camponesa está atrelada à distribuição de recursos como a

⁶ ‘Zemstvos’ era a denominação empregada aos conselhos eletivos locais rurais, instituídos após a liberação dos servos na Rússia.

terra, trabalho e capital nas unidades familiares, tendo em vista o provimento das necessidades de subsistência da família ao longo do ano, diferentemente da empresa capitalista, que visa o aumento da taxa média de lucro. A compreensão acerca dessa racionalidade do camponês é que em última instância condiciona a construção e abordagem do objeto dentro da perspectiva Chayanoviana, sendo os mecanismos a partir dos quais o camponês toma decisões dentro do sistema de produção, o que permite a compreensão daquilo que a Escola de Organização e Produção denominou como *'la unidad económica campesina'*.

Na elaboração do autor há um distanciamento em relação a uma leitura marxista em que o fundamental é a compreensão das relações entre o campesinato como classe e o sistema econômico em sua globalidade. Chayanov, por sua vez, ressalta:

En este trabajo, en el que investigamos la organización interna de la unidad económica campesina, no podemos tratar las condiciones que determinan el nivel de productividad del trabajo puesto que no dependen tanto de factores propios de la unidad de explotación como de factores económicos generales que afectan la existencia misma de la explotación. La fertilidad del suelo, una ubicación ventajosa de la explotación en relación con el mercado, la situación de mercado, relaciones sociales de producción locales, formas organizativas del mercado local y el carácter de la penetración del capitalismo comercial y financiero: tales son los principales factores que determinan la productividad y la remuneración del trabajo campesino. Por su naturaleza todos estos factores permanecen fuera del alcance de nuestra investigación actual (CHAYANOV, 1974, p. 73).

Dessa forma, seus esforços intelectuais são direcionados à construção de uma interpretação microeconômica das unidades camponesas, buscando a compreensão acerca dos mecanismos a partir dos quais os camponeses tomam decisões dentro de um sistema de produção particular.

Para compreender a organização da produção nas unidades camponesas, Chayanov considerou as necessidades familiares e os recursos da unidade familiar camponesa, constituindo-se como central em sua teoria o balanço existente entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho. Segundo sua visão, o trabalho da família é a condição para geração de recursos para o camponês, pois nessa forma econômica inexistente o fenômeno do salário e do lucro capitalista, sendo a satisfação das necessidades de subsistência da família o elemento através do qual o camponês organiza a dinâmica da produção. Assim, o limite da reprodução social

camponesa, no seu entendimento, é a superexploração da força de trabalho da família e não o salário como numa configuração empresarial capitalista.

Em oposição à ‘teoria da diferenciação’ de Lênin, em que há uma classificação dos camponeses em ricos, médios e pobres, baseado principalmente no fator da compra e venda da força de trabalho, Chayanov defende uma ‘diferenciação demográfica do campesinato’, que basicamente se dá em função do tamanho da família, de maneira que as variações na disponibilidade da força de trabalho em cada grupo doméstico, definirão o acesso a terra, sendo o ciclo de diferenciação da família o que explica as diferenças quanto à posse da terra. No caminho inverso das perspectivas ortodoxas de Lênin e Kautsky, em que a partir da inserção do campesinato no sistema capitalista haveria a tendência ao desaparecimento enquanto classe, a teoria de Chayanov oferece elementos capazes de argumentar acerca da permanência da agricultura camponesa integrada às demais formas, devida às suas características particulares de estruturação e funcionamento.

Diante da realidade histórica do caso brasileiro, conforme salientado por diversos autores como Marques (2008), Woortmann (1990), Abramoway (1992), Sabourin (2009), Brandão (2009) e Wanderley (1996, 2003, 2009, 2010), é inegável e significativo do ponto de vista social a presença da forma familiar de organização da produção na agricultura contemporânea, demonstrando que a tese chayanoviana da coexistência de diversas formas de organização da agricultura em determinado tempo e espaço é cada vez mais plausível e fundamental a toda e qualquer análise que busque a compreensão dos processos sociais rurais a partir de realidades concretas em que ocorra tal tipo de organização econômica.

Para efeitos analíticos nesta pesquisa, a perspectiva de Chayanov torna-se relevante no que tange ao processo de identificação de elementos estruturais e organizativos da produção, permitindo a caracterização da lógica econômica do grupo estudado. Por outro lado, em termos de perspectiva analítica adotada há um distanciamento no que se refere a enfoques economicistas, centrando-se nos aspectos socioculturais constituintes da realidade vivenciada por sujeitos que pertencem a uma tradição sociocultural camponesa.

Assim, tendo em vista a advertência de Shanin (2005) acerca da possibilidade de produção de uma ‘mistificação’ quando do emprego de um conceito

desvinculado de uma contextualização histórica e social, o que consequentemente recai em reificações, faz-se necessária a inserção da análise sociológica diretamente nas realidades e nos problemas sociais e políticos em que se encontram imersos os objetos, conduzindo a construção da análise na direção da perspectiva interpretativa⁷ apresentada por Woortmann (1990), enquanto um caminho possível à constituição de uma análise sobre a experiência da agricultura de base agroecológica que parta da visão de mundo dos agricultores.

O olhar de Woortmann (1990) sobre o campesinato é pensado a partir de um distanciamento de uma leitura centrada nas relações econômicas, tendo-se já na explicitação de seu objetivo em ‘Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral’ essa não-filiação ao economicismo, bastante difundido quando se estuda os modos de vida camponeses. Nas palavras de Woortmann (1990, p. 12), sua elaboração trata:

[...] de valores sociais; não do valor trabalho, mas do trabalho enquanto um valor ético. Essa tentativa se afasta, portanto, da tendência economicista que vê o campesinato como um modo de produção com sua lógica própria ou como o resultado de determinações impostas pela lógica do capital, mesmo porque, como ressalta Taussig (1983:10), se o mercado domina o campesinato, ele não o organiza (WOORTMANN, 1990, p. 12).

Dessa maneira, concebe-se uma investigação centrada em dimensões valorativas do modo de vida camponês, não se tratando de uma refutação da base material, mas a busca por um viés interpretativo centrado no universo significativo do modo de vida camponês, deslocando o foco do objetivismo para uma esfera subjetiva relacionada à tradição camponesa. Sobre isso o autor ressalta:

Meu objetivo não é tratar o camponês como um “pequeno produtor”, objeto de uma análise objetiva de sua objetividade, mas tentar uma interpretação subjetiva – pois trata-se da minha perspectiva – de sua subjetividade. Neste plano, por exemplo, o conceito de valor-de-uso ganha outro valor: o de uso enquanto valor. Passa a significar uma categoria do discurso acadêmico que expressa um valor do discurso camponês; um componente da ética camponesa, uma forma “aristotélica” de representação da atividade econômica. Neste contexto, a economia camponesa é pensada mais como *oeconomia* do que *economics*; mais como *oikos* (Polanyi, 1971; Taussig, 1983). Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas

⁷ Tratando-se de uma perspectiva afinada com a proposição da Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz, apresentada na obra ‘A interpretação das culturas’ (1973).

como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas (WOORTMANN, 1990, p. 12).

Dessa maneira, a partir da singularidade que marca a construção social camponesa e partindo das conexões de sentido desenvolvidas pelos sujeitos em sociedade, o pesquisador constrói uma leitura da realidade social camponesa partindo do ponto de vista do camponês. Reside nisso o cerne da perspectiva teórico-metodológica do referido autor, qual seja a constituição de uma abordagem de pesquisa etnográfica⁸, em que o universo significativo camponês seja o ponto de partida para uma elaboração compreensiva das dinâmicas sociais, estando a pesquisa segundo Woortmann (1990, p. 13) “não para dizer que o sitiante é camponês, mas para dizer o que é a campesinidade, a partir de sua fala”.

Na elaboração de Woortmann (1990, p. 13) a noção de campesinidade está colocada enquanto “uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos”, referindo-se a uma configuração modelar, que permite pensar o campesinato como sociedades estruturalmente particulares, inseridas em uma história geral da sociedade moderna, portanto dotadas de uma determinada tradição sociocultural. Esse modelo imaginado pelo autor não trata de um tipo ideal weberiano, nem tampouco de um contínuo nos termos evolucionistas que sustenta a dicotomia rural/urbano, referindo-se a uma generalização em que as bases empíricas se desenvolvem em diferentes momentos no tempo e espaço, enquanto construções sociais e, portanto, históricas. Sobre isso, Woortmann (1990, p. 16) adverte:

O modelo que imagino lida, portanto, com seres históricos e não deve dar margem a reificações. Ele é também histórico na medida em que a passagem de uma ordem moral para uma ordem econômica é, efetivamente, um processo multissecular por onde passa todo o mundo ocidental e já antevisto por Aristóteles quando este descobre a economia, na feliz expressão de Polany (1975). Trata-se de uma grande revolução em toda a cosmologia ocidental, epitomizada, talvez, na “revolução newtoniana” (Burt, 1983). Passa-se de uma ordem de primazia da lei dos homens para a primazia da lei das coisas; de um universo relacional para um universo atomizado; da sociedade para a economia.

Tratam-se, portanto, de processos dinâmicos em que os sujeitos camponeses constroem através de suas estratégias sociais o seu lugar no mundo, ou seja, afirmando sua visão de mundo no presente e construindo o futuro como possibilidade,

⁸No que tange a concepção de etnografia, o referido autor encontra-se em consonância com a perspectiva semiótica de Clifford Geertz, apresentada em ‘A interpretação das culturas’ (1973).

de maneira que “a tradição não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro” (WOORTMANN, 1990, p. 17).

Através da pesquisa etnográfica, o autor localiza categorias culturais centrais que permitem compreender essa ética camponesa, configuradora de uma moral e de uma tradição sociocultural do universo camponês brasileiro. Para Woortmann (1990) o conceito de cultura encontra-se em consonância com a perspectiva semiótica adotada por Geertz (1973) em que esta é pensada

[...] como o universo de representações de um grupo, categoria ou sociedade. Ao mesmo tempo, considero a cultura como um conjunto de textos ou discursos. Tal como fiz naquele trabalho, procuro fazer uma leitura desses textos, seguindo a ideia desenvolvida por Geertz (1975). Percebo a cultura ainda como um sistema onde diferentes núcleos de representações estão em comunicação uns com os outros, como que formando uma rede de significados. Essas categorias nucleantes agregam conjuntos de significações, os quais, em sua comunicação dentro do universo de representações, se articulam e compõem uma totalidade (WOORTMANN, 1990p. 23).

Dessa forma, é possível pensar a cultura camponesa em sua particularidade, ou seja, a partir das categorias nucleantes que a constituem como tal em um determinado tempo e espaço. Segundo a visão do autor nas culturas camponesas,

[...] existem certas categorias comuns às sociedades camponesas em geral, como terra, família e trabalho. O importante, contudo, não é que sejam comuns – pois elas estão presentes, também, em culturas urbanas – mas que sejam nucleantes e relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra. Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família (WOORTMANN, 1990, p. 23).

Essas categorias nucleantes estão atreladas a valores e a princípios organizatórios centrais como a ‘reciprocidade’, a ‘honra’ e a ‘hierarquia’, pensadas em termos de uma oposição entre as sociedades camponesas e as sociedades modernas.

Segundo essa leitura, nas sociedades modernas as três categorias existem, mas separadamente, de forma que a terra, a família e o trabalho são pensadas em si mesmo, desvinculadas uma das outras. Tem-se no caso dessas sociedades um ‘modelo individual’, ao passo que nas camponesas encontra-se um ‘modelo

relacional' em que, segundo Woortmann (1990, p. 24), as pessoas "são seres relacionais constituídos pela totalidade e, nas sociedades modernas, seres individuais constituintes da totalidade". A passagem do particular etnográfico para o geral teórico se dá através das categorias de 'reciprocidade', 'honra' e 'hierarquia', que articuladas entre si, referem-se às representações de seres concretos, permitindo a aproximação com a construção social de uma tradição na qual se encontra inscrita a campesinidade.

Os espaços camponeses, sejam aqueles referidos por Woortmann (1990) como o 'sítio', a 'colônia', a 'comunidade da Amazônia', como os mais próximos de nossa realidade como a 'chácara' da serra do sudeste, o 'lote' dos assentamentos de reforma agrária, a 'granja' das microrregiões arrozeiras, são segundo o autor territórios em que se dá a 'reciprocidade', uma vez que são espaços de realização de 'trocas' em sua oposição ao 'negócio', embora haja diferença entre 'reciprocidade' e 'troca', pois, de acordo com Woortmann (1990, p. 57), "troca corresponde ao que Geertz chama de *experience-nearconcept*⁹, enquanto a segunda, categoria teórica, corresponde aos *experience-distantconcepts*¹⁰". A reciprocidade articulada à 'honra' e 'hierarquia' constituem o campo teórico que permite uma leitura geral a partir destas particularidades.

Essa articulação, segundo Woortmann (1990), se dá em decorrência do processo social que constitui o ordenamento moral camponês, de forma que a reciprocidade enquanto valor opera dentro de um contexto em que se encontra em jogo a honra, uma vez que a primeira somente ocorre entre iguais em honra, dentro de uma ordem que é hierárquica. Conforme traz o autor, nas sociedades camponesas terra, trabalho e família

[...] constituem um ordenamento moral do mundo onde a terra, mais que coisa, é patrimônio, isto é, pessoa moral. De um lado, a relação do homem com a terra é uma relação de troca recíproca, onde o trabalho fecunda a terra (Garcia Jr., 1983a) que se torna *morada da vida*. A relação com a terra é uma relação moral com a natureza. De outro lado, a relação com a terra-patrimônio é uma relação de honra e de hierarquia. Sendo a terra "aquilo que passa de pai para filho" (sentido original do termo patrimônio), e não pertencendo nem ao pai nem ao filho, mas ao todo expresso pela família, é o patrimônio que materializa a honra da família, mais notadamente da casa, que constitui ponto de honra para o pai. Terra e pai expressam o princípio da hierarquia em seu sentido mais fundamental da relação entre a parte e o todo, entre o englobado e o englobante (WOORTMANN, 1990, p. 62).

⁹ *experience-nearconcept* pode ser traduzido como 'experiência de quase conceito'.

¹⁰ *experience-distantconcepts* é traduzido enquanto 'experiências de distantes conceitos'

Tem-se, a partir dessa perspectiva de interpretação da realidade camponesa, uma abordagem do universo significativo dos agricultores de base agroecológica que permite uma abordagem mais eficaz dos processos de reprodução de uma tradição sociocultural camponesa no contexto de introdução da questão ambiental no meio rural, buscando, a partir da particularidade que marca a campesinidade nestes contextos, uma compreensão da totalidade dos processos sociais que envolvem a relação dos agricultores estudados com o conjunto da sociedade na contemporaneidade.

1.2 A presença campesina na sociedade brasileira e as questões-chave para pensar a agricultura de base agroecológica e sua relação com a sociedade global

Diante da polissemia que caracteriza a noção de campesinato nas Ciências Sociais e na sociedade como um todo, o objetivo nesta seção é elucidar sua particularidade, enquanto categoria social e política constituinte da formação social brasileira, de maneira que se possa ter a real dimensão da persistência que marca a sua existência.

No primeiro momento é situado o campesinato enquanto uma categoria presente na formação social brasileira e no segundo realiza o debate geral que envolve as diferentes perspectivas no tratamento da condição camponesa nas Ciências Sociais brasileiras, principalmente no que tange a discussão que envolve as concepções de agricultura familiar e campesinato.

A presença camponesa na sociedade brasileira assume características próprias relacionadas aos processos sociais e econômicos que marcam toda formação social, mantendo, de acordo com Wanderley (1996), particularidades em relação ao conceito clássico de camponês em função das situações de enfrentamento vivenciados na história social do país.

Estando essa presença intrínseca à sociedade, do ponto de vista sociológico, é importante perceber os aspectos sociais que estão envolvidos na construção social e política da condição camponesa. Sobre essa relação do campesinato e sua persistência social, Marques (2008, p. 60) afirma:

[...] a relação dialética entre elementos constitutivos da tradição e da modernidade perpassa toda a sociedade brasileira e está relacionada aos processos que caracterizam o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Não se pode afirmar um destino pré-determinado para o campesinato em nossa sociedade. O destino desta classe social se define ao longo de sua própria história, a partir das posições que ela ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária e das escolhas e estratégias que adota em face dos possíveis historicamente determinados.

Dessa maneira, no caso brasileiro, o campesinato encontra-se presente de maneira diferenciada na configuração do desenvolvimento capitalista ao longo da história, assumindo protagonismos no que tange processos de natureza econômica, política, social e cultural, demarcando um lugar muito particular para esses atores dentro da história. De acordo com Welch, Malagodi, Cavalcanti e Wanderley (2009), diferentemente das formações sociais europeias, no Brasil o modo de vida camponês é uma 'ideia-valor' e dessa forma compreende a orientação de condutas e de modos de agregação familiar ou grupal e, enquanto qualidade de valor, é um legado transmitido entre gerações, sendo reelaborada no tempo e no espaço.

Na visão sociológica de Welch, Malagodi, Cavalcanti e Wanderley (2009), interessa perceber aquilo que se encontra intrínseco à história formativa do modo de vida camponês que, na visão desses autores, implica pensar em termos da

[...] universalidade da presença do campesinato, que abarca os diversos espaços e os diferenciados tempos. E também, por outro, a variedade de existências contextuais, visto que essa variedade só indica a valorizada adaptabilidade dos agentes e dos princípios abrangentes de constituição da forma camponesa. Portanto, mesmo que corresponda à revalorização de uma tradição (patrimônio de valores institucionalizados nas memórias e na projeção social), a reprodução do campesinato nas sociedades contemporâneas é um fato social do mundo moderno, e não resquício do passado. Por essa perspectiva, ultrapassa-se a velha e surrada concepção unilinear da inexorável decomposição do campesinato. Como os processos históricos têm demonstrado, ela não é tendência geral ou lei inevitável. Em vez dessa concepção que, reafirmando a substituição das classes fundamentais, augura (e até vaticina) o fim do campesinato, escolhemos pensar e registrar as múltiplas alternativas, resultado de conquistas e resistências de atores sociais que se referenciam a um modo de produzir e viver coexistente com um mundo moderno (WELCH, MALAGODI, CAVALCANTI, WANDERLEY, 2009, p. 16).

Assim, a pesquisa se dá a partir da ideia de que há um processo de persistência do campesinato na sociedade contemporânea, tanto pelas especificidades socioculturais como por aquilo que diz respeito à relação estabelecida com a sociedade em geral, considerando essa condição como parte dos processos políticos, sociais e culturais que configuram a contemporaneidade social.

Reconhecidamente, os termos ‘camponês’ e ‘campesinato’ são nomenclaturas que remetem ao contexto de configuração do feudalismo, enquanto modo de produção vigente na Idade Média, correspondendo a uma realidade social europeia. No contexto brasileiro, de acordo com Martins (1981), trata-se de uma noção introduzida pelas esquerdas a partir de 1950, dentro de um processo político relacionado aos conflitos sociais protagonizados pela massa de camponeses, destituídos da propriedade pela situação colonial. Mesmo que esses conflitos não digam respeito ao foco central desta pesquisa, os mesmos são constituintes daquilo que diferencia a experiência histórica do campesinato brasileiro em relação a outras realidades.

Conforme afirma Wanderley (1996, p. 08),

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor ‘bloqueado’, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade.

Sob essas condições é possível falar sobre aquilo que Wanderley (1996) chama de ‘patrimônio sociocultural do campesinato brasileiro’, no sentido que a autora denomina ‘modelo original’, ao qual os agricultores contemporâneos pertencem em maior ou menor intensidade.

Desse modo, a experiência camponesa no Brasil é fundamentalmente marcada pelo estabelecimento de processos de luta pela superação da condição subalterna na estrutura social como um todo, de forma que, diferente de outras realidades históricas,

[...] *camponês e latifundiário* – são palavras políticas que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são portanto meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra *camponês* não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, p. 22).

Isso demonstra que o campesinato está colocado, enquanto uma condição particularizada, em um universo significativo pertencente a sujeitos sociais

diferenciados, segundo a forma com que em determinados tempos e espaços vivem sua condição social. Constitui-se, portanto, uma persistência, enfatizada por Wanderley (1996, p. 06) quando escreve que “o campesinato, mesmo tendo perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno”.

Dessa forma, a consideração acerca da atualidade dessa categoria encontra-se em consonância com Marques (2008), que considera esse conceito em função de sua densidade histórica, que remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade. Sendo no contexto da pesquisa justamente essa leitura baseada na noção de persistência de uma condição camponesa que permite pensar o desenvolvimento da agricultura de base agroecológica enquanto um processo conduzido por sujeitos históricos, que se constroem processualmente junto à sociedade da qual fazem parte.

Segundo Marques (2008), a questão camponesa começa a ser tratada pelas Ciências Sociais brasileiras a partir dos anos de 1950, tendo até o final dos anos de 1960 o predomínio de uma linha interpretativa em que o campesinato é considerado como uma categoria-síntese, capaz de abrigar toda a massa de excluídos da posse da terra – fruto da situação colonial – tomada em oposição ao seu par contraditório, que eram os grandes proprietários, apresentando-se na visão de Martins (1981) muito mais como uma questão política do que teórica.

Já na década que se sucede, segundo Marques (2008), há a tendência da adoção de categorias empíricas em detrimento das categorias-síntese anteriormente empregadas, constatando-se a elaboração de leituras relacionadas à operacionalização política dentro de um cenário em que predomina uma visão desenvolvimentista em que segundo Wanderley (2003) as discussões eram construídas a partir de uma perspectiva de modernização da agricultura e de urbanização do meio rural, convergindo os olhares para a constituição de uma estruturação empresarial no setor agrícola, tendo-se a formação de um proletariado e de um mercado de trabalho específico, restando ao campesinato a ‘desintegração’ ou ‘subordinação’ às formas capitalistas de organização da produção.

A década de 1980, marcada pela abertura política pós-ditadura civil-militar, inaugura outro ciclo sociopolítico relacionado à dinâmica das organizações do Estado e da sociedade civil, condicionando a definição de pautas políticas relacionadas à questão agrária, como acesso a terra, erradicação da pobreza,

políticas de crédito e sociais em geral, o que fundamentalmente leva ao reconhecimento da agricultura de base familiar enquanto categoria social e de ação política.

Em 1992, Ricardo Abramovay desenvolve um seminal trabalho, intitulado *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, em que, através de dados empíricos coletados em países avançados (Estados Unidos, Grã-Bretanha e Europa Continental), de modo comparativo, discute o núcleo central da leitura clássica sobre campesinato, propondo um novo paradigma em relação à compreensão do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Fundamentalmente, se opõe aos clássicos marxistas, principalmente no que diz respeito aos trabalhos de Lênin e Kautsky (ambos originalmente publicados em 1889). Na visão do autor, essa leitura

[...] vem se mostrando cada vez menos capaz de dar conta de fenômenos contemporâneos decisivos. Por um lado, a associação entre desenvolvimento capitalista e ampliação do trabalho assalariado, tão cara ao trabalho de Lênin, encontra pouco respaldo empírico. Por outro lado, a ideia da necessária inferioridade econômica da agricultura familiar, fundamental no livro de Kautsky, tampouco é confirmada pelo que se observa nos países avançados. No paradigma dos clássicos marxistas não há lugar sequer para que se coloque a questão, hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nestas nações, a principal forma social do progresso técnico no campo (ABRAMOVAY, 1992, p. 20).

Essa incapacidade explicativa move o autor a fundar sua argumentação negativa acerca dos clássicos, residindo sua centralidade crítica no fato de que, sob tal paradigma, encontram-se dificuldades relacionadas ao tratamento das formas familiares de agricultura. Conforme descrevera,

Outro obstáculo teórico para a compreensão da realidade agrária contemporânea no capitalismo central está nas ambiguidades com que a noção de unidade familiar de produção tem sido tratada. Convém insistir neste ponto, pois a associação entre este tipo de estabelecimento e *smallfarm*, “pequena produção”, “produção de baixa renda”, “agricultura camponesa”, entre outros, é recorrente e impede que se perceba a dupla e fundamental especificidade da agricultura familiar tal como se desenvolveu, sobretudo após a segunda Guerra Mundial, nos países capitalistas avançados: por um lado, seu dinamismo econômico, sua capacidade de inovação técnica, suas formas sociais inéditas com relação ao passado de que algumas vezes se origina, mas com o qual mantém laços cada vez mais tênues. Por outro lado – e este é um aspecto decisivo. A agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa (ABRAMOVAY, 1992, p. 21).

Dessa maneira, Abramovay (1992) vai sustentar que os camponeses na contemporaneidade experimentam um processo em que paulatinamente se transformam em profissionais da agricultura. Na visão do autor, esses sujeitos

Integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho (ABRAMOVAY, 1992, p.127).

Assim, na visão de Abramovay (1992), na contemporaneidade há a predominância das formas familiares e patronais de agricultura. Baseado na classificação de Radoje Nikolitch, o autor ainda afirma:

Family farms (unidades familiares de produção): são as que contam apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família. *Larger than family farms*, que poderíamos traduzir como unidades produtivas ultrafamiliares ou patronais, que são aquelas onde os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho ou o executam, mas numa proporção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada. O que esta classificação coloca em destaque não é a clássica (e sem dúvida fundamental) divisão entre grande e pequena produção, mas a natureza social (familiar ou patronal) da atividade produtiva (ABRAMOVAY, 1992, p. 142).

A partir disso consolida-se uma visão que, por um lado, aponta a persistência da agricultura de base familiar em realidades em que há a consolidação do capitalismo como sistema econômico, contrariando as teses clássicas acerca da relação entre desenvolvimento econômico e campesinato. Por outro, compõe um quadro teórico e político em que se consolida a questão da agricultura familiar, enquanto categoria social e de ação política.

Em 1994, a partir de convênio de cooperação entre a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é publicado um referencial estudo, que traça uma caracterização geral, diferenciando agricultura patronal e agricultura familiar, conforme o quadro a seguir.

Comparativo entre os modelos patronal e familiar de agricultura	
MODELO PATRONAL	MODELO FAMILIAR
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões 'de terreno' e 'de momento'	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo

Quadro 1 – Comparativo de modelos de agricultura/FAO/INCRA/1994

Fonte: FAO/INCRA (1994).

Esse quadro demonstra o viés operacional do conceito, encontrando-se em consonância com a perspectiva defendida por Abramovay (1992). Essa operacionalização via políticas públicas na década de noventa é fundamental para a configuração dos processos sociais e políticos que envolvem os sujeitos camponeses, funcionando como um elemento formador do quadro sociopolítico em que se encontra o protagonismo da categoria 'agricultura familiar', o que sobremaneira não se reflete em termos de eficácia, enquanto categoria analítica.

Em relação à atribuição de um valor conceitual à agricultura familiar, de acordo com Wanderley, há uma dificuldade que se encontra relacionada à tomada de posição em torno da construção desse ator. A esse respeito a autora traz que

A agricultura familiar não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na Sociologia Rural. No entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência, que lhe tem sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada. Mas, afinal, o que vem a ser uma agricultura familiar? Em que ela é diferente do campesinato, do agricultor de subsistência, do pequeno produtor, categorias que, até então, circulavam com mais frequência nos estudos especializados? (WANDERLEY, 1996, p. 02).

Demonstra-se assim que se trata de uma categoria bastante genérica, inserida dentro de um quadro operacional de ação política, em que o Estado tem uma centralidade, através da execução de políticas, o que, invariavelmente, se

insere dentro de um campo constituído de grandes dificuldades quanto ao seu potencial heurístico.

Marques (2008) critica veementemente a tentativa de consideração da agricultura familiar, enquanto categoria analítica, feita por Abramovay, considerando o seu argumento marcadamente evolucionista, uma vez que parte do pressuposto de que o paradigma leninista-kautskyano somente pode ser aplicado em realidades históricas em que se constata estágios superiores de desenvolvimento, como é o caso dos países centrais.

Ainda a respeito do debate, posto por Abramovay, Wanderley posiciona-se na direção de superar qualquer tendência de produção de mistificações¹¹, uma vez que, considerando o processo histórico social em que se encontram envolvidos esses atores, para a autora,

[...] existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do Pronaf. As posições a esse respeito variam bastante. Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais 'pequenos produtores' incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores 'consolidados' ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento. Tal posição é defendida com uma maior elaboração teórica. A ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado (WANDERLEY, 2003, p. 43-44).

Centra-se a raiz da sua divergência no debate em torno da constituição desse ator social que, dentro de uma visão compartilhada nesta pesquisa, considera a produção dos fenômenos humanos, enquanto resultado de processos sociais situados no tempo e no espaço, não correspondendo a metamorfoses condicionadas pela força política e econômica do Estado, capaz de converter todo um modo de ser no mundo, a partir de um modelo de racionalidade estranha histórica e socialmente.

Para Wanderley (1996), o campesinato no caso brasileiro possui um patrimônio sociocultural constituído ao longo de uma história, marcada por processos de subserviência e subalternidade na estrutura social, fazendo parte

¹¹ No sentido empregado por Shanin (2005).

como 'modelo original' para a atual geração de agricultores, sendo essa a direção do trabalho de compreensão da realidade social. Assim,

[...] o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. Resta saber, em cada momento, de que sociedade englobante e de que campesinato se trata e como este se integra àquela. Em segundo lugar, o campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar – das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc. (WANDERLEY, 2003, p. 45).

Encontra-se, nesse sentido, uma perspectiva em que os camponeses não são tomados enquanto uma categoria em vias de extinção através de sua inserção no sistema econômico. Por outro lado, não são atores sociais que se encontram num processo gradual de evolução para outra forma social, nem tampouco representam um grupo isolado da sociedade em geral, tendo-se uma configuração em que, segundo Wanderley (1996), a agricultura camponesa tradicional é uma forma social da agricultura familiar, que se estrutura na relação propriedade, trabalho e família, mantendo especificidades no arranjo geral da agricultura familiar relacionadas a economia, sociabilidade e a inserção em uma sociedade global, o que permite pensar o campesinato no caso brasileiro enquanto uma situação social de persistência dentro da estrutura social.

Diante dessa persistência emergem questões sociais fundamentais em que, conforme Wanderley (2010) informa acerca de que agricultura, agricultor e ruralidade se configuram na contemporaneidade da América Latina, o que sobremaneira apoia a constituição do problema de pesquisa, uma vez que a partir da particularidade das vivências estabelecidas no desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica é buscada a elaboração de uma leitura geral acerca da presença camponesa em nossa sociedade.

Para Wanderley (2010) quatro processos gerais, que são conquistas da sociedade, trouxeram consequências definitivas para o mundo rural na América Latina, tratando-se dos avanços da ciência, especialmente nos campos da genética e da ecologia; da consciência da necessidade de preservação da natureza e sua relação com os processos produtivos; das conquistas tecnológicas no campo da comunicação humana e a ampliação e o aprofundamento do espaço da democracia. Tais processos no entendimento da autora podem ser analisados a partir de algumas questões, que em certa medida embasam a constituição da problematização desta pesquisa.

Uma delas diz respeito à moderna questão fundiária, que nos termos propostos por Wanderley (2010) trata-se das consequências sociais advindas da relação do capital e a propriedade da terra em um contexto de desenvolvimento da modernização conservadora da agricultura experimentada nos de 1960 e 1970 em toda a América Latina.

A análise do processo histórico demonstra que a ideologia do progresso foi disseminada em nossas sociedades através da modernização da agricultura, que tendo como classe dirigente os grandes proprietários de terra, financiada pelo Estado, faria o uso racional das terras, garantiria o provimento de alimentos necessários à população, promoveria a geração de divisas às economias e a articulação do setor agrícola ao processo de desenvolvimento da sociedade em geral, o que não ocorreu de fato, visto que, diferentemente de outras formações sociais, a alteração na base técnica produtiva e o estreitamento dos laços que vinculam a atividade agrícola ao processo mais geral do desenvolvimento econômico não alteraram a configuração da propriedade da terra, conforme traz Wanderley (2010, p. 24).

A lógica fundiária é a face com a qual o capital age, ao transformar agricultores sem terra em assalariados ou “desocupados/ desnecessários” e ocupar suas terras segundo o modo capitalista de propriedade. Sob o comando da terra, a modernização da agricultura permanece economicamente pouco produtiva, pois ainda se apóia, em grande parte, em uma lógica extensiva de uso da terra; continua socialmente injusta, visto que este é um dos setores, onde prevalecem formas de trabalho degradante, é ambientalmente predatório, já que, para se expandir, destrói e polui a natureza.

Tem-se a reprodução de uma estruturante contradição, que no tocante aos camponeses posiciona-os enquanto um setor da sociedade subordinado e subserviente.

Uma segunda questão relaciona-se ao debate entre a industrialização da agricultura e a gestão dos seres vivos, enquanto resultado do avanço do progresso técnico que, por um lado, artificializa a agricultura e a vincula à industrialização e, por outro lado, estabelece processos que podem ser entendidos enquanto uma disputa por outra hegemonia¹², uma vez que se constata a um nível mundial a consolidação de uma crítica focada nas consequências econômicas, ecológicas e sociais da modernização da agricultura, fazendo parte de uma nova configuração acerca das expectativas que a sociedade tem sobre o mundo rural e a agricultura. De acordo com Wanderley (2010) um dos principais desdobramentos desse processo relaciona-se à consolidação do enfoque ambiental como fundamento de outro modelo de agricultura focado na sustentabilidade, na garantia da qualidade da produção agrícola, na soberania alimentar e na adaptação diante dos riscos naturais inevitáveis.

A terceira questão, diretamente relacionada à anterior, refere-se à presença do campesinato nas sociedades contemporâneas e o desenvolvimento de outra agricultura. Na visão da autora, a presença camponesa nas sociedades latinoamericanas se dá dentro de um contexto de subalternidade na estrutura social, de resistência e adaptação às adversidades nas quais estão historicamente inseridas, sendo portanto as experiências campesinas, nas palavras de Wanderley (2010, p. 28) “expressões históricas, mutantes, portanto, no tempo e no espaço”.

Sendo outra forma de agricultura um elemento que compõe o quadro de conflitos que marca a capacidade de resistir e adaptar-se do camponês frente aos processos de exploração e expropriação impostos pela sociedade capitalista, o seu desenvolvimento traz intrínseco outro papel para o campesinato nas sociedades contemporâneas, o que está intimamente relacionado à afirmação da particularidade da forma campesina de organização social, marcada pela gestão dos seres vivos através da gestão do trabalho familiar, que encerra em si particularidades quanto a formas de socialização e transmissão de saberes, tratando-se de outra visão de

¹² Hegemonia aqui refere-se à concepção desenvolvida por Antônio Gramsci. A propósito ver *Gramsci: poder, política e partido*, obra que conta com a tradução de Eliana Aguiar e organização de Emir Sader e traz textos originais desse importante autor marxista.

mundo que passa a ser valorizada junto à sociedade da qual faz parte. Nesses termos, segundo Wanderley (2010), o camponês volta à cena como um ator social central em um determinado território em que no decurso de realização da vida e do trabalho, enquanto conhecedor das exigências da relação homem e natureza, cumpre o papel sociopolítico de mediador entre o campo e a cidade, a produção e o consumo responsáveis.

Essa outra agricultura, diferentemente daquela pensada sob os auspícios da revolução conservadora, supera a visão da agricultura setorizada, passando a pensar a atividade agrícola, enquanto um dos componentes de um universo social diverso que tem como ator social central o camponês e que está inserido no estabelecimento de outro modelo de desenvolvimento, conforme traz Wanderley (2010, p. 34), “centrado na constituição de novas relações sociais e de novas institucionalidades, de forma a integrar plenamente, sob o signo da solidariedade, as populações rurais à sociedade em seu conjunto e a consolidar o exercício da cidadania, do homem do campo, no campo”.

A partir da inserção investigativa na realidade social dos agricultores de base agroecológica, é constatado que se trata de um universo constituído por pequenos agricultores de base familiar que tem suas trajetórias de vida marcadas pelo estabelecimento de estratégias de manutenção do pertencimento a uma condição camponesa, o que envolve a formação de um patrimônio, o desenvolvimento da família e o exercício de uma relativa autonomia no trabalho. A adesão ao modelo técnico-produtivo de base agroecológica está relacionada ao processo de introdução da questão ambiental no mundo rural, tratando-se de uma experiência concreta de construção dessa ‘outra agricultura’ baseada em pressupostos sustentáveis do ponto de vista ecológico, econômico e social.

Dentro de um enfoque sociológico, impõe-se o questionamento acerca dos processos sociais que permeiam essa adesão à agricultura de base agroecológica e à reprodução de uma campesinidade, de forma que seja possível a partir da visão dos agricultores discutir se a adesão à agricultura de base agroecológica, constitui-se numa experiência que representa uma possibilidade de reprodução ou superação da condição subalterna dos modos de vida camponeses em nossas sociedades.

2 Mapeando o traçado sociopolítico da questão ambiental brasileira e a introdução da questão ambiental no rural contemporâneo

O presente capítulo está estruturado em dois momentos distintos e complementares. Um primeiro objetiva traçar uma contextualização acerca da configuração geral do ambientalismo no caso brasileiro, tendo-se a partir dessa leitura geral a dimensão sociopolítica que envolve a adoção de uma agricultura baseada na agroecologia. Uma segunda parte pretende discutir a questão da introdução da questão ambiental no mundo rural e a adoção da agroecologia enquanto alternativa paradigmática no desenvolvimento rural, possibilitando a discussão sobre a relação entre essa adesão e a reprodução de uma condição camponesa.

2.1 Da gênese conservacionista, passando pela bipolarização conservacionismo/socioambientalismo, à multissetorialidade

No Brasil, segundo Santili (2005), a gênese das preocupações ambientais data do final do século XVIII e do início do XIX, principalmente entre 1786 e 1888, centrada principalmente numa perspectiva preservacionista e inserida no cenário sociopolítico próprio do declínio da situação colonial e da introdução de princípios republicanos. Na visão da autora, esses movimentos não são aquilo que podemos considerar como movimento ambientalista, mas, num sentido sociopolítico, fazem parte do pensamento social da época.

Esse pensamento inicialmente é marcado por uma tendência de cunho preservacionista de espécies ou nichos ambientais específicos, adentrando o século XX, estando presente na configuração do ambientalismo brasileiro. Essa tendência tem maior ocorrência entre os anos 1920 e 1970, sendo daquela época a edição de uma série de normatizações e o surgimento de associações, como é o caso do tratado de proteção às aves úteis para a agricultura (1921) e a criação de dezenas de parques – cujos projetos são de inspiração norte-americana, como o primeiro parque nacional brasileiro, de Itatiaia, na fronteira entre Minas Gerais e Rio de Janeiro (1937), seguido da criação do Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (1939) e de uma dezena de outros parques nacionais, tendo o apogeu entre 1959 e 1961, quando são criados, por exemplo, o Parque Nacional de Aparados da Serra (RS), o Parque Nacional do Araguaia (TO), o

Parque Nacional de Brasília (DF), o Parque Nacional de Monte Pascoal (BA) e o Parque Nacional de Sete Cidades (PI).

A década de 1930 é caracterizada pelo surgimento daquilo que Santilli (2005) denomina 'antecessoras da organização ambientalista', referindo-se à Sociedade Amigos de Alberto Torres (que era um jurista carioca) e à Sociedade Amigos de Árvores. Também naquela época ocorre o surgimento de marcos regulatórios emblemáticos, no que diz respeito à busca de instrumentos protetivos de abrangência mais ampla, como é o caso do Código de Águas, o primeiro Código Florestal (ambos de 1934) e o decreto que previa o tombamento de bens culturais e de monumentos naturais, sítios e paisagens (1937).

Em 1958 constituiu-se outro marco no delineamento das tendências de pensamento e ação dos grupos ambientalistas brasileiros: no Rio de Janeiro foi criada a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), que congregava engenheiros agrônomos e cientistas naturais, que trabalhavam em serviços públicos envolvidos com a questão ambiental.

Na década de setenta são efetuadas grandes construções de alto impacto ao meio-ambiente, como complexos industriais, hidroelétricas, estradas, sistemas portuário e empresas petrolíferas, bem como a adoção de políticas nucleares¹³, o que suscita os grupos ambientalistas a reagirem. Mesmo que no período ditatorial tenha se experimentado uma repressão generalizada às iniciativas de organização política advindas da sociedade civil, corresponde ao final da década de setenta os primórdios daquilo que podemos denominar de configuração de um movimento ambientalista brasileiro, marcado pela formação de organizações, com uma pauta política ambientalista constituída, como são os casos da criação da Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural (AGAPAN), liderada por José Lutzenberger (em Porto Alegre em 1971), do Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE) e da Associação Paulista de Proteção Natural (APPN) (em São Paulo, em 1973 e 1976, respectivamente). A orientação dessas organizações se

¹³ Dois exemplos emblemáticos são a construção da usina de Itaipú, fruto de acordo binacional entre Brasil e Paraguai (assinado em 1973). Essa obra é emblemática, visto que a usina inundou o Parque Nacional de Sete Quedas e acabou com os Saltos de Sete Quedas, o que gerou uma série de protestos. Outro caso remete ao ano de 1975, em que é assinado, pelo presidente Geisel, o acordo de cooperação nuclear entre Brasil e Alemanha, que prevê a construção de oito usinas nucleares. Dentre elas está Cubatão, que será protagonista de um grave acidente nuclear em 1980.

diferenciava das anteriores porque, de acordo com Alonso, Maciel e Costa (2007), começaram a dar conotações mais políticas à questão ambiental.

Alonso, Maciel e Costa (2007), ancorados numa perspectiva da Teoria do processo político¹⁴, vão identificar o período de abertura política como um novo momento, em que emerge uma nova estrutura de oportunidades políticas. Para eles essa fase comporta quatro dimensões, que permitem a compreensão do surgimento de um efetivo movimento ambientalista no Brasil. Na visão dos autores,

Primeiro, a abertura significou um amainamento da repressão aos protestos sociais em geral. Segundo, os ativistas ambientalistas podiam contar com aliados dentre outros movimentos sociais, bem como na Igreja Católica e na OAB¹⁵, apoiadores potenciais dos protestos contra o regime em fins dos anos 70. Terceiro, as instituições políticas e administrativas se tornaram mais permeáveis às demandas da sociedade civil. Desde 1973, com a criação da Secretaria Especial do Meio-Ambiente, o aparato burocrático-legal ambiental foi sendo incrementado com a criação de órgãos de legislação específica, fornecendo aos ativistas novos espaços políticos e novas estruturas de mobilização para veicular suas reivindicações. Por fim, durante a Redemocratização, estava em constituição uma agenda ambientalista internacional. A Conferência de Estocolmo, reunião da ONU sobre meio-ambiente e desenvolvimento em 1972, abriu a discussão pública *nacional* sobre a questão ambiental no Brasil (ALONSO, MACIEL e COSTA, 2007, p. 124).

Dentro dessa conjunção entre a manutenção de certa tradição conservacionista e o surgimento de novos grupos, atrelados à contestação da sociedade, sob um quadro de condições precárias de canais de expressão política, influenciado por uma agenda ambientalista internacional, institui-se na sociedade brasileira o movimento ambientalista em sua forma contemporânea. Na visão de Alonso, Maciel e Costa (2007), a partir do processo de redemocratização, o ambientalismo brasileiro assume uma configuração dualista, no sentido de ser concomitantemente feito por visões conservacionistas e socioambientalistas, que atuam na construção de identidades políticas diferenciadas.

O socioambientalismo, como é conhecido, surgiu durante a segunda metade dos anos 1980 a partir de articulações políticas que afirmam uma perspectiva de cunho humanista que, segundo Alonso, Maciel e Costa (2007, p. 128), “emergiu com o processo de Redemocratização, adotado por praticamente todas as associações formadas nos anos 70. Nesse frame, a definição do problema ambiental passa para

¹⁴ Os autores estão referenciados principalmente naquilo que denominam ‘síntese conceitual’ produzida pela Teoria do Processo Político de Rootes (2003) e Diani (1995).

¹⁵ OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

as ciências humanas, com ênfase na relação entre processos sociais e naturais”, tendo-se essa dimensão de associação entre elementos relacionados à temática social¹⁶ e ao ambientalismo. Segundo esses mesmos autores, nesse contexto

A própria ideia de meio-ambiente é redefinida como relação entre grupos sociais e recursos naturais. Estas dimensões sociais foram incorporadas de diferentes maneiras pelos ativistas brasileiros. A AGAPAN enfatizava questões rurais, como os agrotóxicos, enquanto o MAPE criticava a degradação causada pela expansão da sociedade de consumo e a APPN a associava ao “modelo brasileiro de desenvolvimento”. Nesses dois últimos sentidos, o discurso ambiental incorporou a crítica ao processo de industrialização em curso no país nos anos 70 e demandou alterações no estilo de vida urbano-industrial. Assim, o novo frame associou fortemente os problemas ambientais com causas políticas e econômicas. Por isso, o chamamos aqui de *socioambientalismo* (ALONSO; MACIEL; COSTA, 2007, p. 129).

Nesse sentido, Santilli (2005) afirma que o socioambientalismo é um processo sociopolítico particular em desenvolvimento, emergindo de uma perspectiva de convergência entre atores políticos que se organizam em torno das principais questões relacionadas a uma crítica ao modelo de desenvolvimento adotado no país. Na visão da autora,

O socioambientalismo foi construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se a partir da concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como justiça social e equidade (SANTILLI, 2005, p. 14).

Essa configuração preconiza outro paradigma de desenvolvimento que, além da preservação do ambiente natural, busca, através da consolidação do processo democrático e ampla participação social na gestão ambiental, a construção de outro projeto de sociedade.

Ao construírem uma espécie de mapeamento acerca da estruturação do ambientalismo brasileiro, a partir dos setores ambientalistas e respectivos atores,

¹⁶ Associada às pautas de ‘natureza’ sociopolítica e econômica, como erradicação da pobreza, desenvolvimento social, problemática de saúde pública, questões de gênero, reforma agrária, participação popular etc., ou seja, eram temáticas completamente descoladas da noção ambientalista, ligadas ao preservacionismo de espécies e/ou nichos ecológicos.

Leis e Viola (1995) trabalham com a ideia de que até 1985 o ambientalismo brasileiro tem um caráter bissetorial, formado por grupos de base e agências estatais ambientais, tendo sua formação condicionada à abertura política em função de uma progressiva disseminação da preocupação ambiental. No final dos anos de 1980 e início dos 1990, é observada uma substantiva alteração no cenário político ambiental brasileiro que passa a assumir uma configuração multissetorial, de forma que, juntamente aos anteriormente existentes, passam a atuar uma gama diversa de forças políticas, setores e atores sociais, conforme é possível visualizar a seguir.

TIPO DE AMBIENTALISMO	ATORES SOCIAIS
Ambientalismo <i>stricto sensu</i>	Associações e grupos comunitários ambientalistas (profissionais, semiprofissionais e amadores)
Ambientalismo governamental	Agências estatais ligadas ao meio-ambiente (esferas municipais, estaduais e federais)
Socioambientalismo	Organizações não-governamentais, sindicatos e movimentos sociais que têm outros objetivos principais, mas que incorporam a questão ambiental como uma dimensão em suas ações
Ambientalismo dos cientistas	Pessoas, grupos e instituições que desenvolvem atividades de pesquisa relacionadas à problemática ambiental
Ambientalismo empresarial	Empresários ou quadros funcionais empresariais que pautam seus investimentos e processos produtivos pelo critério da sustentabilidade
Ambientalismo dos políticos profissionais	Quadros dos políticos que trabalham para incorporação da dimensão ambiental no conjunto das políticas públicas
Ambientalismo religioso	As bases e representantes das várias religiões que vinculam a problemática ambiental à consciência do sagrado e do divino
Ambientalismo dos educadores	Professores (de todos os níveis de ensino), jornalistas e artistas preocupados com a problemática ambiental e com a capacidade de influir diretamente na consciência das massas

Quadro 2 – Tipo de Ambientalismo e atores sociais
Fonte: Autoria própria, a partir de Leis e Viola (1995)

Esse quadro possibilita a visualização de como aquela bipolarização entre preservacionismo e socioambientalismo se concretizou em menor ou maior grau de integração e institucionalização na sociedade brasileira, tendo-se em termos do projeto de pesquisa uma operacionalidade quando da compreensão acerca do processo de constituição das redes econômicas, políticas e sociotécnicas estabelecidas pelos agricultores no desenvolvimento de uma agricultura de base

agroecológica, de maneira que é possível ter a dimensão da relação que o ‘desenho’ mais geral do ambientalismo brasileiro tem na concretude do universo estudado.

Carvalho (2005) discute os processos de subjetivação envolvidos na internalização de um ideário ecológico no processo de constituição do campo ambiental brasileiro. A partir dos conceitos de identidade e subjetivação, pensados sob uma perspectiva que considera as particularidades sociais e históricas que produzem as singularidades na formação individual e as crenças e valores compartilhados em uma determinada cultura, a autora elabora a noção de ‘sujeito ecológico’, que segundo suas palavras

[...] é um ideal de ser que condensa a utopia de uma existência ecológica plena, o que também implica uma sociedade plenamente ecológica. O ideal de ser e de viver em um mundo ecológico se vai constituindo como um parâmetro orientador das decisões e escolhas de vida que os ecologistas, os educadores ambientais e as pessoas que aderem a esses ideais vão assumindo e incorporando, buscando experimentar em suas vidas cotidianas essas atitudes e comportamentos ecologicamente orientados (CARVALHO, 2011, p. 65).

Dentro dessa perspectiva o ‘universo do ambiental’ é considerado enquanto um fenômeno social e histórico relevante na contemporaneidade, capaz de produzir redes de significados, sendo dessa maneira, segundo Carvalho (2005, p. 03), “uma questão catalisadora de um importante espaço argumentativo acerca dos valores éticos, políticos e existenciais que regulam a vida individual e coletiva” e, enquanto ‘agenciadora’ de universos significativos, funciona como um ‘espaço narrativo’ do ‘campo ambiental’, de forma que a noção de ‘sujeito ecológico’ é articuladora de um ‘ethos’ ambientalista, sendo possível pensar em termos da configuração de uma ética ambiental.

A construção dessa ética está assentada na busca pelo desenvolvimento de ideais de compatibilidade entre o ambiente natural e o social, de forma que, a partir da adoção daquilo que a autora chama de ‘novas reciprocidades’, há a integração de valores que, conforme Carvalho (2011, p. 138), “são vividos como norteadores éticos da relação do mundo humano com a natureza, questionam a postura onipotente e controladora que tem orientado a formação do sujeito moderno e dado o tom do processo civilizatório” e, com isso, instituem uma contraposição à onipotência humana no trato com a natureza, tendo-se um leque de valores associados ao sentido do cuidado e da convivência positiva entre homem e natureza.

Essa outra postura preconizada pelo ideário ambientalista, no entendimento da autora, pressupõe o enfrentamento do desafio de encontrar caminhos que sejam capazes de reunir as expectativas de ‘felicidade humana’ e a ‘integridade dos bens ambientais’, o que para Carvalho (2011, p. 141) envolve “a humanização das relações com a natureza e a ecologização das relações sociais”, ou seja, refere-se à produção de uma cultura ecológica em que a natureza e a sociedade sejam dimensões pensadas em inter-relação.

A inserção investigativa no contexto dos agricultores de base agroecológica revela que a questão ambiental encontra-se como um elemento estruturante do universo valorativo desses sujeitos e, por outro lado, refere-se a um contexto em que se reproduz uma campesinidade, o que pressupõe o pertencimento a uma ordem moral referenciada em uma ética que se contrapõe às configurações modernas. Tendo-se em vista que é buscada uma leitura acerca da relação do desenvolvimento desse modo de agricultura e a reprodução de uma condição camponesa que parta da visão dos agricultores, tal leitura trazida por Carvalho (2005; 2011) permite a realização de uma análise que é capaz de articular o particular empírico com uma leitura geral focada na dimensão sociocultural do processo de incorporação dos valores ambientais no contexto camponês.

2.2 A introdução da questão ambiental no rural contemporâneo: do olhar ambientalista sobre a agricultura à agroecologia enquanto alternativa técnico-científica fundamental à sustentabilidade

A implantação de um modelo técnico-produtivo baseado na agroecologia está relacionada à construção de alternativas viáveis e sustentáveis em relação ao modelo de agricultura hegemônica, oriundo do padrão gerado pela denominada ‘revolução verde’, compondo o cenário concreto daquilo que Zanoni (2004) denomina ‘penetração da questão ambiental no rural contemporâneo’.

Segundo a autora esse fenômeno configura-se como uma das principais interrogações sociopolíticas das sociedades contemporâneas, observando-se um deslocamento das preocupações ambientais, outrora centradas nas atividades urbano-industriais, para aquelas próprias do campo. Conforme Zanoni (2004) historicamente é possível constatar que a agricultura, apreciada pela função produtora de alimentos, foi a última atividade produtiva a ser associada à questão

ambiental, sendo pela via dos efeitos da degradação dos recursos naturais e da saúde humana que o meio rural foi impregnado pela problemática ambiental.

Isso não somente representa um deslocamento territorial ou setorial das preocupações de ordem ambiental, surgidas como consequência da industrialização, como também diz respeito ao conjunto de transformações de ordem econômica, ambiental, política e sociocultural que estão envolvidas na relação do mundo rural e a sociedade como um todo. Trata-se de pensar a denominada ‘questão ambiental’ como algo que, sob condições históricas determinadas, encontra-se relacionado às atividades próprias do mundo camponês, alterando aquilo que concerne à visão que o conjunto da sociedade tem do mundo rural, tratando-se do que, nos termos de Zanoni (2004), é denominado ‘contrato social’, referindo-se às relações sociopolíticas que estão em jogo na relação entre o mundo urbano e o rural.

Nesse sentido, em estudo comparativo entre a situação brasileira e a francesa, salvo defasagens temporais existentes na implantação nos dois países, Zanoni (2004) sinaliza que há um gradativo deslocamento dos termos desse contrato social, num movimento que direciona a visão ambientalista para o papel da agricultura de maneira que, no período pós II Guerra, o que se buscava na agricultura, fundamentalmente, era o suprimento alimentar e o equilíbrio econômico das nações, o que, a partir dos anos de 1970, adentrando os de 1980, diante do amadurecimento político acerca das consequências da implantação do modelo denominado ‘revolução verde’, é convertido em um processo em que, segundo a autora (2004, p. 103), “a sociedade espera que a questão da agricultura não se limite somente à gestão dos espaços rurais, mas possa ter influência sobre o equilíbrio do conjunto da sociedade”.

Essa intersecção entre as questões de natureza ambiental e o mundo rural está diretamente relacionada à dimensão sociopolítica do processo de modernização conservadora da agricultura que, conforme assinalou Gonçalves (2004, p. 07), configura-se como “transformações nas relações de poder por meio da tecnologia” que, em função de seus efeitos perniciosos ao meio-ambiente em sua totalidade, vai compor o conjunto daquilo que pode ser denominado ‘pensamento ambientalista internacional’, o que inclui alterações quanto ao papel do mundo rural na garantia das condições de reprodução social como um todo.

Esse processo de alteração no *modus operandi* da agricultura com a introdução de um modelo produtivo tecnicista de produção, marcado pelo

monocultivo em grandes extensões, especialização produtiva, alto emprego de mecanização (vinculada à indústria petrolífera), uso de agroquímicos (biocidas e adubos sintéticos) e utilização de sementes híbridas, é segundo Gonçalves (2004) empreendido mundialmente, ainda em 1950, quando 70% da população mundial era formada por modos de vida camponeses.

Isso se dá a partir da Europa após o período imediatamente pós II Guerra Mundial, num contexto fundamentalmente marcado, por um lado, pela fome generalizada na sociedade europeia da época, consequência das investidas bélicas, e, por outro, pela consolidação no campo político de um estado de polarização, encontrando-se num dos polos o projeto de expansão capitalista e no outro o comunismo, que no rastro da desagregação social firmava-se como uma ameaça a partir do potencial organizativo das massas camponesas.

Foi dentro desse contexto de intensa desagregação social e de necessidade de reorganização do capital financeiro mundial que a fome, a qual a princípio era apenas uma necessidade fundamental, consequência do estado de guerra, se converteu em argumento político, capaz de deslocar a discussão da miséria como consequência do modelo econômico, social e político, para uma questão técnica, oferecendo o sustentáculo político e ideológico para a difusão em escala global de tal modelo produtivo, que tem, dentre suas consequências pontuais, questões relevantes da pauta ambientalista mundial na contemporaneidade.

Segundo Gonçalves (2004), o que se constata, segundo relatórios oficiais¹⁷, é que realmente os pilares do projeto, no que diz respeito à concentração do capital no campo, o aumento da produtividade agrícola, o emprego de alta especialização, o uso de sementes híbridas de alto desempenho e o uso de agroquímicos foram largamente alcançados, entretanto as atuais gerações contam com um conjunto de ônus relacionados a problemas de ordem econômica, sociocultural e ambiental, oriundos da implementação de tal modelo, que acabam por configurar sua própria crise.

Os dados oficiais revelam que, além de um quadro de alto sucesso econômico alcançado pelas corporações que se aventuraram em tal empreendimento, controlando hoje cadeias produtivas sob regimes corporativos de

¹⁷Refere-se principalmente a dados oriundos de estudos empreendidos por organismos internacionais como a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e ONU (Organização das Nações Unidas).

abrangência mundial, as atuais gerações herdaram uma situação quanto à dimensão econômica, marcada pela alta produtividade agrícola, associada ao aumento da miséria no campo e na cidade, onde, mesmo que se observe que entre 1950 e 2000 houve um aumento da ordem de 2,9 vezes na produção de grãos em todo mundo, os preços relativos dos produtos agrícolas foram reduzidos em um quinto até 2000, gerando um desestímulo da atividade em setores da população rural sem recursos econômicos para aderir ao modelo, resultando em um processo marcado pelo êxodo rural, pobreza no campo e consequentemente urbanização sem planificação e todo leque de consequências oriundas da desagregação cultural.

Em relação à miséria, também Gonçalves (2004), apoiado em estudos realizados pela ONU¹⁸, demonstra que se vive numa época de extrema escassez, marcada pelo subconsumo, onde 2,8 bilhões de pessoas sobrevivem com menos de dois dólares por dia e 1,2 bilhão com menos de um dólar por dia. Ou seja, a perspectiva da solução da miséria no mundo não passou do que sempre foi dentro da estruturação do modelo de modernização conservadora, ou seja, um recurso retórico político justificativo para expansão de um modelo tecnicista centralizador de poder político e econômico que, em termos concretos, nada tem a ver com propósitos humanizadores.

No que se refere às consequências de ordem ambiental advindas dos modelos intensivos de agricultura, Zanoni (2004) elenca um conjunto de elementos atrelados à poluição das águas, do solo, erosão genética e alterações operadas na paisagem natural em que a prática de uma agricultura de base agroecológica apresenta-se inserida enquanto resposta, seja do ponto de vista biológico e ecológico como sociocultural e político.

Especificamente, do ponto de vista biológico e ecológico, registra-se que a agricultura de base agroecológica prima pelo emprego de cultivares adaptadas ao meio. O processo de melhoramento com vistas à produção de híbridos interfere negativamente no equilíbrio evolutivo, uma vez que isola espécies sob uma lógica de experimentação científica que, baseada na busca de determinadas características, gera uma interrupção do processo evolutivo natural e consequente uniformização da produção, diferentemente do melhoramento milenarmente realizado pelos povos camponeses, baseado no conhecimento e técnicas tradicionais ou do melhoramento

¹⁸ Diz respeito a dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

*in situ*¹⁹, em que o processo científico de desenvolvimento de cultivares está referenciado numa visão etnocientífica²⁰, sendo realizado com base nos conhecimentos tradicionais do agricultor e respeitando as características gerais do bioma.

Essa queda da biodiversidade relaciona-se diretamente à questão da segurança alimentar, tendo-se como um dos resultados desse processo de uniformização da produção a diminuição quanto à diversificação, cada vez menor, de fontes alimentares uma vez que, segundo Gonçalves (2004, p. 4), “cerca de 90% de nossa alimentação procede de apenas quinze espécies de plantas e oito espécies de animais”, colocando em jogo perspectivas de sustentabilidade quanto ao aspecto nutricional da espécie humana.

Outra consequência apontada por Zanoni (2004) diz respeito à uniformização da paisagem como resultado da perda da biodiversidade, que está diretamente relacionada a elementos socioculturais centrais para pensarmos a temática da agricultura de base agroecológica e, conseqüentemente, a ruralidade contemporânea. No cerne disso encontra-se a concretude do desenvolvimento dos processos sociais, que se dá na relação homem e meio-ambiente, de maneira que aquilo que diz respeito a todo o conjunto de conhecimentos que possibilitam às comunidades camponesas estabelecerem processos de ensino e aprendizagem ligados à reprodução social como um todo, se encontra ameaçado pela uniformização dos ambientes. Esse modelo, que aparentemente trata-se de uma reconfiguração técnica e produtiva, contém intrinsecamente elementos relacionados à reconfiguração sociopolítica, conservando elementos próprios de relações de poder que, ao longo da história, permitiram a reprodução do modo de produção capitalista, sendo a agricultura um dos seus pilares.

O cerne da introdução da questão ambiental na agricultura no caso brasileiro se dá em função das contradições relacionadas ao modelo de modernização conservadora da agricultura, aqui implementadas via o desenvolvimentismo

¹⁹ Esse tipo de melhoramento é desenvolvido por algumas organizações governamentais e não-governamentais que desenvolvem pesquisas dentro de uma concepção em que se busca uma maior dialogicidade na relação da Ciência e Tecnologia com o mundo rural. São exemplos a Bionatur, localizada em Bagé, que produz sementes orgânicas certificadas e alguns setores da Embrapa que trabalham com a pesquisa de variedades ‘crioulas’, ‘nativas’ ou ‘locais’. Essas denominações fazem parte do aparato normativo do setor no Brasil.

²⁰ Nessa visão a produção da ciência e tecnologia se dá a partir do conhecimento do agricultor.

dependente, que tem seu auge durante a ditadura civil-militar. Como evidenciado por Brandenburg (2005, p. 02),

[...] as políticas governamentais implementadas pelos órgãos públicos no primeiro período da modernização agrícola acenavam em seu discurso com a perspectiva de um progresso social e econômico das categorias produtoras, o que de fato resultou num processo de exclusão sem precedentes. Já na década seguinte à “primeira modernização agrícola”, o pequeno agricultor em processo de exclusão e trabalhadores já excluídos vinculados às associações, organizações sindicais combativas e pastorais religiosas viriam a questionar tanto as políticas agrícolas como as técnicas por elas implementadas. Surge daí um movimento de construção de uma agricultura tida como ‘alternativa’ ao modelo hegemônico e que irá resgatar práticas tradicionais de produção, condenadas pelo modelo vigente.

Nessa conjuntura emerge a pauta relacionada à contestação ao modelo produtivo baseado na Revolução Verde edificando-se as primeiras ações que se pautavam pela instituição de um modelo alternativo de produção, contando com um programa de assessoria das organizações emergentes, realizado pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação (FASE), que em 1983 atua em rede por meio de um projeto intitulado ‘Tecnologias alternativas’, abrangendo dez estados brasileiros: Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Essa preocupação paulatinamente vai ocupar a agenda de entidades representativas dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores, como é o caso da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) que, no seu 4º congresso de 1985, tem como principal proposição em suas pautas que fossem consideradas e aprimoradas pela Pesquisa e Extensão Rural as experiências dos agricultores e resgatadas as suas técnicas tradicionais, bem como há o surgimento e expansão de ONGs e cooperativas técnicas que, atuando junto a cooperativas, associações, grupos étnicos e movimentos sociais camponeses, se dedicam ao desenvolvimento da agroecologia, enquanto base para um modelo alternativo de produção agropecuária.

Na década de noventa vamos experimentar aquilo que Brandenburg (2005) vai denominar ‘novos contornos para questão ambiental na agricultura’, que na visão do autor se dá por conta da realização da ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, tendo-se paralelamente ao fórum liderado pela Organização das Nações Unidas um momento histórico de expressão do movimento ambientalista brasileiro, de maneira que, segundo Brandenburg (2005, p. 03), “entre os vários grupos da sociedade civil,

os pequenos agricultores, os sem-terra e os trabalhadores de modo geral firmam sua posição em torno de outro modelo de desenvolvimento agrícola”, tendo-se a consolidação de uma visão socioambiental que, em relação à agricultura, defende o desenvolvimento de ações relacionadas à mudança de padrão técnico de produção através da adoção de práticas agrícolas e formas de organização da produção ancoradas numa visão agroecológica.

Conforme Moreira (2003), a agroecologia é um termo que abarca uma série de conceitos relacionados à palavra, sendo utilizada para dar diferenciados sentidos à noção de agricultura sustentável. Essa polissemia é classificada por Caporal (2008) como uma ‘vulgarização’ da noção pois, na visão do autor, na medida em que se multiplicam as associações ao termo, mais distante se encontra do seu fundamental sentido relacionado à construção de um novo paradigma²¹, tendo-se nessa miscelânea de associações que o termo suscita um equívoco centrado na confusão entre aplicações e a dimensão relacionada à natureza de ruptura paradigmática, que se encontra implícita na noção de agroecologia em sua acepção fundante.

Essa crítica a uma relativa imprecisão do emprego do termo encontra-se em consonância com a conceituação apresentada por Guzmán (2002), em que a Agroecologia é pensada para além da adoção de um modelo técnico-produtivo que se contrapõe ao desenvolvido sob os princípios da revolução conservadora da agricultura, estando presente na modificação da parcialização disciplinar e da epistemologia da Ciência, uma vez que, segundo Guzmán (2002, p. 18), se dá “mediante a orquestração de distintas disciplinas e ‘formas de conhecimento’ que compõem seu pluralismo dual: metodológico e epistemológico”, de forma que situa a agroecologia enquanto resultado de um movimento operado no interior das ciências relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável em que, fundamentalmente, está em curso a instituição de uma nova abordagem científica.

É nesse sentido que a noção de agroecologia se situa, atrelada às experiências de desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica componentes da pesquisa, pois trata-se de uma abordagem científica e tecnológica em que os agricultores que aderem a esse tipo de prática agrícola se baseiam para

²¹Trata-se da acepção kuhniana de paradigma. Ver *A estrutura das revoluções científicas* (1991).

desenvolver uma agricultura diferenciada daquela oriunda do processo de modernização conservadora, representando a possibilidade de transição de um modelo de agricultura convencional para uma sustentável.

Em relação às correntes teóricas que vêm se dedicando ao desenvolvimento da agroecologia, conforme Moreira (2003), nos últimos 40 anos é possível mapear duas matrizes teóricas, tendo-se de um lado a vertente norteamericana, concentrada no estado da Califórnia e, de outro, a europeia, presente na Espanha, com um protagonismo de cientistas das áreas sociais e biológicas.

Para Gliessman (2001), atrelada à escola norteamericana, a agroecologia é o resultado da fusão entre a ecologia e a agronomia que, conforme sinaliza Moreira (2003, p. 08), “apesar de terem acumulado um relacionamento tenso durante o século XX, tiveram alguns cruzamentos férteis”, referindo-se, primeiramente, aos anos 20, quando se desenvolve o campo da ecologia dos cultivos e, posteriormente, à década de 30, momento em que alguns ecologistas propuseram o termo ‘agroecologia’ como a ecologia aplicada à agricultura, o que não perdurará, na visão da autora, em função de uma tendência dos ecologistas a deixarem de lado a aplicação à agricultura, uma vez que eles são mais atrelados a uma ciência experimental de sistemas naturais, e também porque o advento da Revolução Verde teria levado os agrônomos a também deixarem de lado a noção inicialmente constituída.

No que diz respeito à perspectiva da escola europeia, segundo Moreira (2003, p. 11),

[...] ainda que a influência da corrente norte-americana sobre as práticas agroecológicas ao redor do mundo seja expressiva, o surgimento, um pouco mais tarde, da vertente agroecológica européia, abriu a possibilidade de um rico diálogo não só entre disciplinas científicas de uma mesma área, mas entre ciências diferentes, naturais e sociais, na busca tanto de um entendimento mais amplo dos impactos causados pelo paradigma da RV, quanto dos marcos alternativos para a conformação de programas de desenvolvimento rural em bases realmente sustentáveis.

É justamente essa inter-relação com as questões de natureza sociopolítica que estrutura essa diferenciação em relação à perspectiva da escola norteamericana. Segundo Moreira (2003), a agroecologia nessa perspectiva surgiu concretamente de uma interação entre as disciplinas científicas e as próprias comunidades rurais, principalmente da América Latina, penetrando na Europa, via região da Andaluzia na Espanha, sendo justamente a associação de fatores

negativos relacionados a situações próprias de uma modernização agrária recente e territorialmente incompleta, com problemas ambientais próprios das sociedades pós-industriais, que vai justificar essa penetração pela Espanha, impulsionando, no final dos anos 80, a emergência dos primeiros estudos agroecológicos nas Universidades de Córdoba e Granada, precisamente junto ao Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses (ISEC), na Universidade de Córdoba. Segundo a autora, esses estudos representam o surgimento da agroecologia na Espanha, fortemente atrelados à questão socioambiental, visto que estão associados à luta ambientalista e dos camponeses.

Tendo-se em vista a perspectiva objetiva do estudo, em que há a preocupação com a compreensão dos processos sociais empreendidos por agricultores quando do desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica em relação à noção de agroecologia, há uma identificação com a perspectiva da ‘escola europeia’, o que pode ser melhor compreendido se considerar aquilo que Moreira (2003) denomina ‘veia sociológica’, enquanto elemento fundamental daquela escola, dizendo respeito à necessidade de compreensão relativa à necessária unidade entre as distintas disciplinas naturais e as ciências sociais, compreendendo-se as interações existentes entre os processos técnico-produtivos, econômicos e sociais que, conforme Moreira (2003, p. 12), relacionam-se à “vinculação essencial que existe entre o solo, a planta, o animal e o ser humano”.

Nesse enfoque sociológico que estrutura a perspectiva da escola europeia o processo produtivo é visto como um processo social, um fenômeno humano, múltiplo em suas dimensões econômica, social, cultural e política, em que segundo Guzmán (2002, p. 11) a agroecologia pode ser definida como

[...] o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que representem alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante propostas surgidas de seu potencial endógeno. Tais propostas pretendem um desenvolvimento participativo desde a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual crise ecológica e social (GUZMÁN, 2002, p. 11).

Sendo assim, dentro dessa linha de pensamento a noção de agroecologia apresenta-se atrelada a processos de desenvolvimento rural sustentável, encontrando-se diretamente relacionada à dimensão social do campesinato, pois dentro dessa concepção é justamente nas características sociais particulares do

campesinato que residem os elementos que representam a possibilidade do desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

Molina e Guzmán (2005), ao desenvolverem pesquisa sobre camponeses e agroecologia em que analisam sob uma perspectiva crítica o papel do campesinato nas estratégias de desenvolvimento rural sustentável, desenvolvem a ideia de que frente a uma degradação da condição camponesa, enquanto um processo em que se produz uma desvinculação identitária camponesa, o desenvolvimento sustentável apresenta-se como uma estratégia de superação dessa degradação, mediante um processo que somente é possível desde aquilo que Molina e Guzmán (2005) denominam “potencial de mudança do campesinato e o desenvolvimento endógeno”.

O potencial endógeno é considerado um conceito amplo que em relação à agroecologia relaciona-se à produção de uma identidade social produzida a partir do conhecimento local que possuem os indivíduos sobre os agroecossistemas que fazem parte e ao grau de compromisso que possuem com a identidade vinculada a esse conhecimento e ao grupo local que o compartilham. Em relação à possibilidade de um desenvolvimento sustentável a partir da agroecologia, segundo Molina e Guzmán (2005), ele se ancora no grau de identificação que os agricultores mantêm com a matriz sociocultural gerada na interação com os recursos naturais, constituindo a dimensão agrária do endógeno.

Nesse sentido, essa leitura acerca da agroecologia torna-se muito pertinente para o conjunto do trabalho, permitindo pensar a agroecologia para além do conjunto de técnicas agrícolas, comprometidas com o desenvolvimento de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente natural, praticadas dentro do universo de pesquisa. Situando-a enquanto um fenômeno social e histórico, componente em um nível macro, de processos sociopolíticos que demarcam processos de disputa pelo lugar do campesinato na estrutura social, em uma dimensão micro, encontra-se presente no desenvolvimento de processos sociais constituintes do universo significativo camponês, estando diretamente associada à constituição de uma campesinidade que, no caso da pesquisa, é pensada a partir das vivências estabelecidas por camponeses no curso de desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica.

3 A estruturação da ARPASUL e CSE, o contexto empírico e os sujeitos da pesquisa

Este capítulo tem por objetivo apresentar um panorama sobre as duas organizações que compõem o universo do estudo e apresentar um quadro geral acerca da abordagem de pesquisa a campo. Um primeiro momento trata da estruturação e dinâmica executiva das organizações e da entrada a campo. Em um segundo, são apresentados os principais elementos relacionados às categorias culturais referentes ao contexto de realização do trabalho de campo.

Segundo as informações obtidas junto aos sujeitos entrevistados, o início dos anos 1990 é um marco na trajetória desses agricultores, visto que há uma maior discussão na região acerca da conversão do modelo convencional²² para o de base agroecológica. No ano de 1994, oito famílias, oriundas da Associação dos Agricultores do Remanso, interior de Canguçu²³, criaram informalmente a ARPASUL, tendo como objetivo principal melhorar a produção associativamente, principalmente através da aquisição de maquinário e insumos em conjunto. Em 1995, com apoio do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), esse grupo deu início a atividades de base agroecológica, formalizando a associação, passando a contar com um quadro de cinquenta famílias associadas. Atualmente, o quadro de associados da ARPASUL é integrado por vinte e nove famílias dos municípios de Pelotas, Canguçu, Arroio do Padre e Morro Redondo, havendo ainda seis desses associados que também fazem parte da CSE.

A estrutura executiva da associação é constituída pela diretoria executiva, pelas comissões de ética e de feira, pelo conselho fiscal e pelos grupos de famílias. Sua dinâmica executiva se dá segundo uma estrutura baseada em instâncias de natureza funcional diferenciadas, cada uma com funções específicas, sendo a capacidade de tomada de decisões sempre submetida ao coletivo, formado pelos dez grupos de famílias.

O processo eleitoral da diretoria executiva ocorre bianualmente, para um mandato de dois anos, podendo haver reeleição somente uma vez. Até o ano 2000, a eleição se dava na forma de voto individual universal, sendo substituída pela forma

²² Trata-se do modelo técnico-produtivo baseado na revolução conservadora da agricultura, conhecida como Revolução Verde, sendo em oposição e como uma alternativa a ela que surge o modelo de agricultura baseado na agroecologia.

²³ Organização atuante desde 1986. Congregava aproximadamente 30 famílias.

de eleição por consenso em assembleia, que consiste na realização de indicações de candidaturas pelos grupos de famílias e na discussão em torno da nominata em reunião geral dos associados, chegando no final do processo a uma concordância quanto ao nome da diretoria para o próximo período. A diretoria executiva, além de representante legal do grupo de famílias associadas, tem a função de dar encaminhamentos práticos acerca das decisões tomadas pelos grupos de famílias de agricultores que, através dos seus representantes, encaminham as demandas à diretoria.

A comissão de ética é formada por um associado de cada grupo de famílias, tendo como principal atribuição a fiscalização do processo organizativo da associação, se fazendo presente quando da admissão de novas famílias na associação ou em algum caso polêmico que envolva a infração de preceitos da forma associativa de trabalho, o que, no caso, relaciona-se a regras de não-utilização de agrotóxicos na produção dos alimentos a serem comercializados, cooperação na realização das feiras, disposição para socializar informações com o coletivo e cooperação junto aos grupos de famílias.

A comissão de feira é constituída por quatro associados, tendo a função de coordenar o processo de organização e gerenciamento das feiras. Há ainda uma comissão pós-feira, formada por três agricultores e um técnico, que realizam visitas com intuito de troca de experiências e execução de assistência técnica mais pontual. A admissão de novas famílias sócias pode se dar a qualquer momento, estando condicionada a uma apresentação previa à diretoria executiva por um dos grupos de famílias, para que posteriormente seja realizada uma visita do técnico e da comissão de ética. Uma vez aceita, a nova família passa a fazer parte das feiras por um período de experiência e, posteriormente, passa a integrar a associação.

Há uma estruturação e dinâmica executiva baseada na descentralização da tomada de decisões e na garantia do fluxo de informações. Para isso os grupos de (dez) famílias, distribuídas nos quatro municípios, têm um coordenador ou coordenadora que tem a função de manter a comunicação entre o grupo de famílias, a diretoria e o conjunto das famílias associadas, cabendo a ele o repasse acerca das demandas, decisões e informações à diretoria executiva, bem como repassar ao seu grupo os informes das reuniões gerais dos coordenadores. Em todos os grupos são realizadas reuniões mensais em uma das propriedades que o grupo entender como mais apropriada no momento, sendo também realizadas reuniões no intervalo das

feiras para resolução de questões mais urgentes. A assembleia geral ordinária é realizada anualmente.

A comercialização acontece predominantemente através de feiras livres, realizadas pelos próprios produtores, distribuídas atualmente em cinco pontos de feiras semanais: junto ao largo do mercado público de Pelotas (quartas-feiras), Av. Dom Joaquim (sábados), Av. Bento Gonçalves (terças-feiras), Av. Duque de Caxias (sábados) e Canguçu (quartas-feiras), em que são comercializados produtos *in natura* e também processados, sendo os principais produtos hortaliças, grãos, frutos, sucos, conservas, doces e pães. Desde 1997, a ARPASUL mantém parceria com o restaurante vegetariano Teia Ecológica, que é um espaço importante de comercialização da produção. Outro canal importante de comercialização diz respeito aos programas governamentais, principalmente o Programa de Abastecimento de Alimentos²⁴ (PAA) e a merenda escolar.

Desde a sua fundação a ARPASUL mantém uma rede de relações institucionais bem diversificadas, como é o caso de alguns pesquisadores da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), bem como de organizações do terceiro setor, como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), a Rede Ecovida²⁵, a Comissão Pastoral da Terra (CPT)²⁶ e o Centro de Apoio ao Agricultor²⁷ (CAPA), estando sua gênese diretamente relacionada a estas últimas, tanto pelo apoio de cunho organizativo popular bem como de natureza técnica.

No que diz respeito à CSE, a mesma fundada em 2001 e sediada junto à sede do CAPA, ela congrega agricultores de base agroecológica da região. Atualmente possui cento e cinquenta famílias cooperadas, distribuídas em nove

²⁴ Instituído pelo artigo 19 da lei 10.696/2003, é desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Suas diretrizes são definidas por um grupo gestor, coordenado por uma equipe interministerial, sendo implementado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em parceria com estados e municípios.

²⁵ A Rede Ecovida de Agroecologia é uma ONG que atua na certificação participativa de produtos agroecológicos.

²⁶ A CPT é uma instituição vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada em 1975 em Goiânia-GO, e à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. Tem atuado sistematicamente no apoio, acompanhamento e assessoria profissional a ações organizativas populares, relacionadas à superação das mazelas sociais no campo.

²⁷ O CAPA é uma ONG de assessoria e assistência técnica, fundada em 1978, sendo ligada à IECLB. Possui cinco núcleos de atuação no Rio Grande do Sul (Pelotas, Santa Cruz do Sul e Erechim) e dois no Paraná (Verê e Marechal Cândido Rondon).

municípios da região, a saber: Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Morro Redondo, Cerrito, Herval, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu. Organizados em vinte e três núcleos de produção, atuam dentro de uma dinâmica organizacional operada através de três instâncias constituídas pela diretoria executiva, pelas comissões de feira e de ética, conselhos fiscais e grupos de famílias.

As reuniões de núcleo ocorrem a cada dois meses, na propriedade de membros do grupo e com a presença do técnico, tendo a função deliberativa acerca de demandas em geral. As decisões tomadas são levadas para discussão ampliada, seja em reuniões ordinárias e/ou extraordinárias dos conselhos e da assembleia geral.

Assim como na ARPASUL, à diretoria cabe o encaminhamento prático das definições do grupo de cooperados, sendo composta pelo presidente, secretário, tesoureiro e respectivos suplentes, que se reúnem a cada sessenta dias.

A eleição da diretoria executiva se dá num processo de construção de consenso. Partindo da indicação de uma nominata pelos núcleos de famílias, cabe a cada coordenador de grupo a defesa do nome indicado na assembleia geral, culminando no consenso em torno da eleição da nova diretoria. O mandato da executiva é de três anos, sendo permitida reeleição por dois mandatos. As assembleias gerais ocorrem uma vez por ano na sede da cooperativa no mês de março.

Os conselhos fiscal e administrativo são instâncias muito importantes para o funcionamento da organização, visto que o primeiro tem atribuições de fiscalização acerca de aspectos relacionados à produção e organicidade da cooperativa e o segundo está relacionado aos aspectos que dizem respeito às rotinas administrativas da mesma. O conselho fiscal é formado por três titulares e suplentes e o conselho administrativo por um representante de cada núcleo de agricultores, eleito pelos partícipes como coordenador do grupo, devendo se reunir ordinariamente quatro vezes por ano. A CSE conta, também, com cinco funcionários contratados, incluindo atendentes, auxiliares administrativos e técnico agropecuário.

No caso da CSE, também se mantém uma rede de relações institucionais com setores das universidades (UFPEL e UCPEL), EMBRAPA, bem como com a IECLB, o CAPA, a União das Associações do Interior de Canguçu (UNAIC), a ARPASUL e a Rede Ecovida.

A rede de comercialização da CSE é mais diversificada que da ARPASUL, além de possuir um ponto de feira (na própria sede) que funciona três vezes por semana em horário comercial (das 8h às 12h e das 13h30minh às 18h). Além disso, a cooperativa realiza o fornecimento para supermercados, para alguns restaurantes e para programas governamentais como o PAA e o programa de merenda escolar ecológica.

O PAA é o principal canal de comercialização, representando entre 70% e 80% do volume de produção²⁸. Isso se dá muito em função do incentivo propiciado por esse programa, em que há uma valorização em torno de 30% sobre produtos produzidos sob princípios e técnicas baseadas na agroecologia e que exige uma dinâmica de planejamento, tanto em nível familiar quanto administrativo, já que há um limite de 3,5 mil reais anuais para cada agricultor e um contrato de fornecimento entre a CONAB e a cooperativa que, em alguns casos, prevê entregas de produtos a cada 15 dias. O programa de merenda escolar ecológica também é um importante nicho de mercado institucional, que atualmente conta com a participação das prefeituras de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul.

A estratégia para a constituição do universo de informantes se deu a partir da construção de uma espécie de mapeamento deles a partir das indicações que vieram no caso da ARPASUL via presidente e da CSE pelos coordenadores de grupo. Para esse mapeamento foram utilizados como principais critérios gênero, idade, local de moradia, tempo de participação nas organizações e função exercida nas organizações. A busca por esse mapeamento foi muito importante, por um lado, porque garantiu a constituição de um universo de informantes heterogêneo e, por outro, possibilitou que a coleta de dados não ficasse restrita às lideranças.

Em ambos os casos a entrada a campo²⁹ se deu via presidente das duas organizações, sendo que, em relação à ARPASUL, se deu na feira que na época de realização do trabalho acontecia toda quinta-feira no largo do Mercado Público de Pelotas³⁰ e no caso da CSE deu-se na sede provisória da entidade, que funciona junto às instalações do CAPA³¹.

²⁸ Conforme levantamento realizado por Gotuzo (2009).

²⁹ É considerado como efetiva entrada a campo para efeito do levantamento de dados o momento em que há a abertura do diário de campo que se deu efetivamente em meados de junho de 2012.

³⁰ O Mercado Público localiza-se no centro histórico de Pelotas.

³¹ A endereço da sede do CAPA é na Rua Santa Tecla 504.

Mesmo que a efetiva entrada a campo³² tenha se dado pela mesma via, ou seja, através dos representantes legais das entidades, em termos de efetivação há uma grande distinção. No caso da primeira, houve um processo de inserção em um local-chave na dinâmica social e econômica dos agricultores associados, tendo-se as primeiras observações realizadas em um dos espaços de trabalho do conjunto dos agricultores, o que exigiu um cuidado em termos de procurar não atrapalhar a dinâmica organizativa da feira, o que levou a caracterizar o encontro como um contato rápido, realizado ao lado de uma das bancas, resumindo-se a uma breve apresentação das intenções da pesquisa e troca de telefones. A ideia da pesquisa foi muito bem recebida pela associação, havendo sempre a ressalva de que os agricultores são muito ocupados, o que já se apresentou como um ponto a ser considerado no decorrer do processo. A partir desse primeiro contato, foram agendadas as demais entrevistas.

No que diz respeito à segunda, o contato foi mais longo, visto que a sede da cooperativa não é um local de trabalho do conjunto de agricultores, sendo um espaço institucionalizado ligado à administração da entidade, aonde se encontra uma pluralidade de atores relacionados ao dia-a-dia da cooperativa e do CAPA que ali também tem sua sede. Segundo a denominação dos próprios agricultores o presidente é alguém 'liberado' para desempenhar a atividade de coordenador do processo naquele mandato, representando uma liberação do trabalho ligado à terra, pois lhe é garantido pelo conjunto dos cooperados uma ajuda de custo que garante sua condição de liberado.

Mediante essa institucionalização, há todo um universo ritualístico próprio desses espaços como o anúncio de quem chega de fora por alguém que cumpre o papel de recepcionista, cabendo ao presidente ser o anfitrião e porta voz da 'visão' do coletivo que o elegeu. Mesmo que ali se encontre um ponto de venda de produtos agroecológicos, a centralidade em termos de comercialização se dá por meio de fornecimento a programas governamentais como o Programa de Abastecimento de Alimentos e merenda escolar, o que requer uma relação de negociação mediada por técnicos e não realizada de forma direta pelos agricultores como no caso da ARPASUL, que tem na feira seu principal canal de comercialização.

³² Já haviam sido feito contatos anteriores em uma fase de cunho mais exploratório.

Esse primeiro contato se deu através de agendamento intermediado pela secretária com o presidente que se encontra em seu primeiro ano de mandato. A conversa, apesar de genérica, foi muito proveitosa e reveladora, pois foi possível perceber que há expectativas e um relativo sentimento de valorização da atividade de pesquisa, principalmente porque os agricultores reconhecem na universidade um espaço importante para o avanço da agroecologia como modelo técnico-produtivo. Segundo a opinião do presidente “é interessante os acadêmicos conhecerem a realidade da agricultura ecológica, pois serão eles que ocuparão os postos no governo e na pesquisa”. Além disso, esse contato com outros espaços representa a possibilidade da manutenção e ampliação das redes sociotécnicas que foram fundamentais na criação das organizações e estão presentes num projeto de futuro, ficando evidente na fala do agricultor quando diz que “a gente tem que se abrir, um dia um amigo disse pra mim, a gente se fecha, se fecha e um dia acaba em si”. Por outro lado, há uma apreensão em relação ao retorno que no entendimento dos agricultores deveria ser uma obrigação dos pesquisadores, mas, como ressaltam em diversas situações, não é efetivado, o que na visão do presidente é inadmissível, apesar de recorrente. No caso deste estudo, houve o compromisso por parte do pesquisador em apresentar os resultados obtidos e entregar uma cópia da dissertação ao conjunto das organizações.

Após apresentações e esclarecimentos iniciais acerca do curso de mestrado como linha de pesquisa em que o projeto se desenvolve, identificação do orientador, fase em que se encontra o pesquisador no curso, temática, objetivos e forma de abordagem da pesquisa etc., foi sugerida a participação do pesquisador em uma reunião dos representantes de grupo, que acontece a cada bimestre na sede. A indicação para participação nessa reunião foi muito importante, visto que representou a efetividade da entrada a campo.

A reunião ficou marcada para as 14h, sendo que por volta das 13h e 30 min o pesquisador já se dirigiu à sede da CSE, afim de acompanhar a movimentação anterior à atividade, sendo realizada uma observação geral através de uma circulação exploratória pela sede, bem como, uma conversa com alguns agricultores que se encontravam no *hall* de entrada do prédio. Uma dessas conversas se deu com agricultores oriundos de São Lourenço do Sul, que entre eles falavam utilizando o dialeto pomerano, fato corriqueiro fora do contexto da família e comunidade.

A reunião ocorreu em uma quarta-feira, começando às 14h e 15 min, sendo que meia hora antes começaram a chegar os agricultores. Nesse momento anterior, enquanto um grupo ligado à diretoria e os técnicos preparava a sala para receber as pessoas, outro ficou na loja, olhando os produtos, conversando com a atendente, com algum cliente ou aguardando na rua, momento que serve para fumar um cigarro, colocar a conversa em dia, o que implica saber notícias dos mais próximos como parentes, amigos, compadres etc., trocar informações relacionadas ao clima, algum aspecto técnico da produção que por ventura está na pauta do dia, ou seja, o que foi possível perceber é que na realização dessas reuniões, além dos aspectos relacionados à dinâmica da cooperativa, que abrangem questões econômicas, políticas e técnicas, há a constituição de um espaço relativo à sociabilidade entre os pares.

A reunião se deu em uma das salas que são destinadas para esse tipo de atividade³³, contando com assentos (cadeiras e bancos de madeira), mesa para coordenação e técnicos, retroprojektor e quadro-negro. Chegado o horário combinado, vinte e nove agricultores ocuparam a sala e aos poucos se deu a ocupação do espaço de acordo com o gênero, função na cooperativa e por afinidades. A organização da sala de reunião reflete a configuração geral da organização, em que há papéis bem definidos para a direção, técnicos e agricultores. Assim, desde o tamanho da sala à disposição dos móveis, visam a demarcar e operacionalizar os papéis desses atores, conforme a figura a seguir.

³³ A sede do CAPA, onde é provisoriamente a sede da CSE, é um prédio antigo, mas bem conservado, dispondo de salas amplas que propiciam um local confortável e apropriado para reuniões.

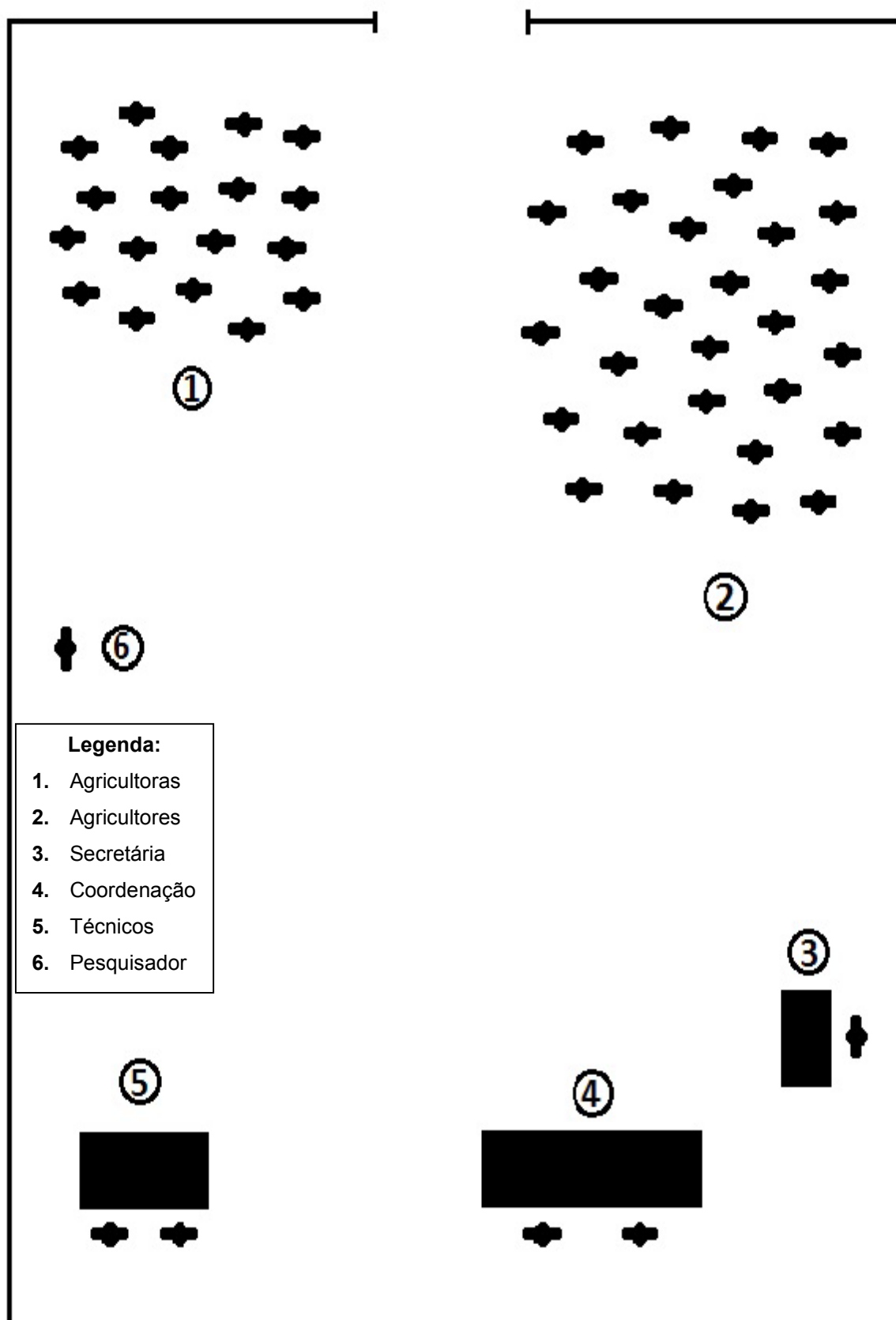


Figura 1– Desenho ilustrativo da forma de ocupação da sala de reuniões
 Fonte: Autoria própria, a partir do diário de campo

Realizados os primeiros contatos iniciaram-se as entrevistas que se deram invariavelmente nas propriedades dos agricultores. Sempre no horário e dia marcado era recebido pelos agricultores em suas casas, sendo que a entrevista em alguns casos foi concedida pelo casal de agricultores que se revezavam nas respostas. Em algumas casas, fui convidado a sentar na sala, que é o local preparado para receber 'os de fora'. Já em outras, a entrevista foi realizada em baixo de alguma árvore que é um local bastante aprazível no calor que fazia na época.

Essas árvores têm muita relação com a ocupação do local quando da aquisição da terra e composição do lugar de moradia da família. Em alguns casos são frutíferas plantadas pelos agricultores quando da construção da 'morada'³⁴, podendo ser espécies nativas que, por oferecerem boa sombra, foram escolhidas para compor o conjunto da residência. Sempre localizadas perto de casa, funcionam como uma extensão da mesma, sendo um local de brincadeira para as crianças e descanso dos mais velhos, onde se toma o chimarrão nos dias de calor, coloca a conversa em dia, 'se ajusta as cosas'³⁵, conforme me disse um informante, de onde se cuida o movimento da estrada ou recebe-se alguma visita.

³⁴ Denominação de casa de moradia da família para alguns agricultores entrevistados.

³⁵ Todos os termos destacados foram utilizados pelos sujeitos da pesquisa.

4 As categorias culturais no contexto dos agricultores de base agroecológica e a discussão possível

Este capítulo trata dos elementos e categorias culturais que compõem o universo significativo dos agricultores participantes da pesquisa.

A partir das falas dos informantes, registradas nas entrevistas, bem como das observações diretas realizadas pelo pesquisador, é obtido um quadro acerca da estruturação do universo valorativo desses agricultores, possibilitando ter a dimensão da totalidade social que compõe a visão de mundo desses sujeitos e com isso realizar a análise sobre os processos sociais que estão envolvidos na constituição da campesinidade no contexto de desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica.

A sequência em que são apresentados os dados segue a ordem em que foram sendo fornecidos pelos agricultores ao pesquisador no decorrer do processo de pesquisa, de forma que, partindo daquilo que os agricultores elegeram como passível de revelar de sua trajetória social, foram extraídos os elementos culturais que compõem o universo valorativo dos sujeitos da pesquisa.

A trajetória social dos sujeitos que compuseram o universo de análise revela que se tratam de indivíduos que têm a construção social de suas vidas atrelada à agricultura e, conseqüentemente, têm a terra como meio de trabalho e desenvolvimento da vida. Conforme relata um dos agricultores

Agricultor a gente foi desde pequenininho, a gente trabalhou sempre com terra, sempre na agricultura, quando a gente não trabalhava por conta, trabalhava de parceria ou de empregado, sempre com agricultura. Os pais já eram agricultores, depois, quando começemo a debandar, pra lugar com mais espaço, aí a gente começou a sair pra trabalhar de parceria com aquela gente que tinha mais terra lá fora, depois até que viemos parar aqui (INFORMANTE A)

Tratam-se de sujeitos que pertencem a uma tradição em que o desenvolvimento da vida tem suas raízes³⁶ no trabalho com a terra, primeiramente junto à família de origem e, posteriormente, ligado à família constituída pelo casamento, sempre tendo a terra como espaço de trabalho que, além de garantir o sustento, garante o reconhecimento social do pai de família honrado que ‘bem cria os filhos’.

³⁶ No contexto, ‘raízes’ não é utilizada em um sentido essencialista, referindo-se à noção de pertencimento a uma origem comum.

No que concerne ao mundo do trabalho, em geral os relatos começam pelo tempo em que solteiros moravam com os pais e irmãos, tempo em que trabalhavam junto aos familiares, em que tinham um caixa único, conforme relata um entrevistado que disse: “casei com 20 anos. Foi ali que comecei a praticar a atividade, separado vamos dizer, até ali plantava tudo junto era um caixa só” (INFORMANTE B). Isso pode ser compreendido a partir da ideia de Chayanov (1974) de que há uma lógica própria de estruturação e funcionamento da unidade econômica camponesa, inexistindo o elemento salarial, enquanto recompensa pelo trabalho do indivíduo em particular, estando em jogo a manutenção do conjunto da família. Por isso a existência do caixa único, que em verdade representa a contribuição do trabalho de cada integrante à manutenção do todo que é a família, que segundo o princípio da hierarquia é de responsabilidade do pai.

Um segundo ponto revelador das categorias culturais nucleantes nesse contexto diz respeito ao advento do casamento e constituição da própria família, representando uma separação de vidas, o que implica uma série de arranjos objetivos, começando pela dissociação das relações econômicas, concretizada na criação do ‘novo caixa’, sob responsabilidade do novo pai de família que se institui, bem como, nesses contextos sociais, aqueles estudados por Woortmann (1990), em que há a subordinação do indivíduo ao todo, representado pela comunidade, é pela via do casamento que se reproduz a família, enquanto um valor central que em interdependência aos demais dá sentido à ordem social produzida pela história e encarnada por cada sujeito que compõe a sociedade.

Assim como nova é a família que surge, nova é a casa que é construída, esta ocupando uma centralidade na lógica camponesa, visto que, além da concretude do teto, lugar do abrigo do frio e do calor, recanto de descanso, *lócus* da intimidade, a casa também vai compor o cenário do desenvolvimento do trabalho, condição para o sustento da vida e realização digna da família, por isso tanta propriedade no ditado popular “quem casa, quer casa”³⁷ que, por sinal, foi várias vezes citado no decorrer da pesquisa.

Outro tema recorrente nas entrevistas refere-se à aquisição da ‘terra que é nossa’, como se referem à propriedade que vivem hoje. Em vez ‘de minha’, a propriedade legitimamente é um bem comum familiar, ou seja, em vez de pertencer

³⁷ Esse ditado sempre surge em contextos de conversas mais descontraídas, geralmente, quando íamos conhecer o entorno da casa.

ao indivíduo cujo nome consta no cartório de registros, a legitimidade sobre a posse da terra de trabalho é da família, sendo o processo de aquisição da mesma o fruto do trabalho realizado em nome da conquista de um lugar em que seja possível trabalhar ‘melhor’, representando um juízo de valor que se encontra associado a um conjunto de valores como ‘liberdade’, ‘autonomia’ e ‘qualidade de vida’.

Acredita-se que em uma condição de proprietário se é mais livre, uma vez que ser dono da terra é condição para ter liberdade na determinação do trabalho, dessa maneira sendo também ‘dono de si’ e, portanto, acessando a possibilidade de uma existência mais plena, em que se vive menos ‘agoniado’³⁸ no cotidiano e com o corpo menos ‘judiado’³⁹, uma vez que o exercício de uma autonomia na gestão da força de trabalho oferece a possibilidade de um maior respeito aos limites impostos pela condição física e sua relação com o meio-ambiente natural.

Portanto, a centralidade na aquisição da propriedade da terra nas construções das vidas desses camponeses não se trata de uma questão meramente econômica, visto que entre os agricultores de base agroecológica a aquisição é sempre de uma pequena área, representando uma renda muito aquém à obtida pelo trabalho assalariado ou em ‘parceria’ em que é possível plantar grandes culturas, muito mais rentáveis, conforme observam os informantes. O estabelecimento da luta pela aquisição de uma área própria representa a consolidação de uma estratégia de busca por uma relativa autonomia no trabalho, conforme é possível verificar na opinião de um dos agricultores que, ao comparar o trabalho de parceria e aquele realizado em terra própria, conclui que na sua terra “tem autonomia, trabalha da forma que a gente quer, é uma vida mais tranquila com certeza, é mais qualidade de vida né! com certeza” (INFORMANTE D).

Assim como verificado na pesquisa de Woortmann (1990), realizada a partir de diferentes concretudes sociais, nos contextos de culturas camponesas há uma

³⁸ ‘Agonia’ relaciona-se à temática da saúde e adoecimento. Tanto pode estar relacionado a processos de desenvolvimento de síndromes comportamentais como dizer respeito a preocupações de diversas naturezas.

³⁹ O ritmo de trabalho na terra é muito desgastante fisicamente e, em uma condição em que se transfere uma lógica de jornada de trabalho industrial para o meio rural, a espoliação do trabalhador é consideravelmente ampliada. Em uma situação em que o trabalhador gerencia o seu trabalho, há o emprego de uma razão que busca contornar as dificuldades intrínsecas ao trato com a terra, através da alocação de força de trabalho disponível na família e demais relações de vizinhança e compadrio, bem como no gerenciamento da jornada de trabalho a partir das condições climáticas e a natureza da atividade.

dimensão de liberdade contida no trabalho realizado ‘para si’, o que é recorrente entre os agricultores de base agroecológica envolvidos nesse trabalho, de forma que ser empregado ou parceiro representa um trabalho ‘administrado’ por outro, gerando dessa maneira uma construção social negativa em que não é possível vislumbrar a realização plena da condição de pai trabalhador, sujeito capaz de sustentar sua família com suor de seu trabalho, que por desígnio de Deus se realiza na lida com a terra. Dessa forma, a aquisição da terra, como discorre Woortmann (1990), está relacionada à conquista do patrimônio, que a rigor relaciona-se à condição de realização do pai de família.

Outra temática reveladora do conjunto de valores componentes do universo significativo entre os agricultores de base agroecológica pesquisados refere-se à decisão de aderirem ao modelo de agricultura baseado na agroecologia, não se tratando apenas da adoção de um padrão tecnológico fundado na agroecologia, enquanto componente de um paradigma técnico-científico, mas significando a participação ativa em processos sociopolíticos, portanto produzidos historicamente, em que há a incorporação de valores como busca pela ‘qualidade de vida’ e preservação do ‘meio-ambiente’, enquanto valores próprios de classes médias urbanas.

Esse processo de incorporação valorativa está intimamente relacionado ao fenômeno sociopolítico denominado por Zanonni (2004) ‘introdução da questão ambiental no mundo rural’, em que se observa paulatinamente uma migração das preocupações outrora próprias dos espaços urbanos para o meio rural. Conforme foi visto em capítulo anterior, não se trata apenas de uma migração territorial, mas da real possibilidade da fundação de outro contrato social estabelecido entre o meio campesino e o cidadão, de maneira que outras formas de relação são estabelecidas entre campo e cidade mediados pela pauta ambientalista, o que conseqüentemente, implica no desenvolvimento de outros valores que passam a ser incorporados pelos sujeitos que fazem parte desses processos.

Segundo o que informa os depoimentos dos agricultores, esse processo sociopolítico no contexto estudado se dá dentro de um cenário regional em que se encontra a presença de um conjunto de organizações identificadas com aquilo que Santilli (2000) denomina ‘sociambientalismo’, ou seja, tratam-se de organizações governamentais e não-governamentais que têm sua pauta política baseada na conversão entre a questão social e o ambientalismo. Tendo-se a constituição de

uma rede de relações econômicas, sociotécnicas e políticas em que estes agricultores participam ativamente, conforme se pode verificar no quadro a seguir.

NATUREZA DA REDE	ORGANIZAÇÃO OU INSTITUIÇÃO	NATUREZA DA ORGANIZAÇÃO OU INSTITUIÇÃO
Redes sociotécnicas	Embrapa	Empresa pública de pesquisa (setor público)
	Emater	Empresa de extensão rural (setor público)
	UFPeI	Universidade (setor público)
	UCPeI	Universidade (setor privado)
	CAPA	ONG (terceiro setor)
	UNAIC	Associação de agricultores (terceiro setor)
	Rede Ecovida	ONG (terceiro setor)
Redes políticas	Setores de Partidos políticos	Setores de partidos políticos ligados à questão socioambiental
	Comissão pastoral da Terra/Igreja Católica	Instituição religiosa
	CAPA/Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil	Instituição religiosa
	Secretarias da Educação de Prefeituras municipais da região	Poder executivo municipal
	5ª CRE - Secretaria da Educação Governo do Estado	Poder executivo estadual
	Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)/Ministério do Desenvolvimento (MDS)	Poder executivo federal
Redes econômicas	Setores dos governos no âmbito municipal, estadual e federal	Poder Executivo municipais, estadual e federal
	Supermercados de Pelotas	Privado
	Consumidores ecológicos ⁴⁰	Consumidores

Quadro 3 – Instituições e/ou organizações com as quais os agricultores da ARPASUL e CSE mantêm relação

Fonte: Autoria própria, a partir do diário de campo

A constituição dessas redes está relacionada à operacionalização de processos de natureza econômica, política e sociotécnica que representam a possibilidade real da viabilização da atividade agrícola de base agroecológica no

⁴⁰ A denominação ‘ecológico’ é usual para designar grupo de consumidores que procuram produtos produzidos dentro de um modelo produtivo de base agroecológico, tendo sido inclusive objeto de uma campanha de marketing, coordenada pelo conjunto das entidades ambientais de Pelotas no início dos anos de 1990, tendo como *slogan* a frase ‘seja um consumidor ecológico’.

contexto dos pequenos agricultores da região, conforme se pode constatar na fala do agricultor:

Ali nos anos 85, 86, 87 já se começou a trabalhar na base do associativismo em Canguçu. Tinha uma associação aonde que nós morava, aí em 89 se criou a união das associações, a UNAIC hoje. Ali no final dos 80, início de 90 foi muito forte o associativismo em Canguçu, né! Uma parte das associações é criada pelos agricultores, outra parte por incentivo do município, do poder público, né! Emater junto com a Prefeitura. Em 94 então surgiu a ARPA, a ARPASUL, com seu primeiro ponto de feira. A partir de lá se abriu mais esses, como é que eu vou dizer, esses passos de comercialização, até 2001 surgiu a cooperativa, a CSE. Foi o CAPA e a Igreja Católica com a pastoral, eram duas ONGs que davam assistência e através de palestras e visitas, então se começou a se descobrir que o nosso meio de produção ou o mercado não era grão. Então se fez visita a IPÊ e outras experiências que naquele momento, naquela época, foram muito importantes na questão do processamento, de agregar valor nos produtos. Mais basicamente assim o que ajudou os agricultores a enxergar esse caminho foi através das ONGs que fizeram esse trabalho aí, né, mostrar que existe outros produtos pra serem produzidos, que o consumidor precisa e pra mim esses quase 20 anos a gente aprendeu bastante coisa (INFORMANTE C).

Desse modo, ao passo que se viabiliza materialmente a produção, na vivência dessas redes há o estabelecimento de relações com uma gama de atores sociais que tem seu universo significativo constituído por valores próprios de setores médios urbanos, já que se tratam de profissionais que em função de uma atuação profissional atrelada a uma militância de cunho socioambiental desempenham o papel de mediadores sociais, provocando o desencadeamento de processos de incorporação de um conjunto de valores, relacionados ao campo ambiental.

Dessa forma, entre os agricultores de base agroecológica estudados é possível perceber que juntamente com os valores tradicionais relacionados à 'terra', 'trabalho' e 'família', em função da adesão à agricultura de base agroecológica, são incorporados os valores referentes à 'qualidade de vida' e ao 'meio-ambiente', constatando-se que esses elementos valorativos incorporados passam a integrar a nucleação e a interdependência que caracteriza a configuração do universo valorativo do sujeito camponês. Nesse sentido, a adesão à agricultura de base agroecológica traz consigo a incorporação da noção de que é necessário preservar o meio-ambiente, o que está relacionado ao cuidar da terra, meio de realização de um trabalho digno, capaz de garantir a realização do pai de família honrado. Também compõe esse ideário a noção de que do trabalho não basta à obtenção de proventos financeiros, pois é necessário ter-se 'qualidade de vida', que está

intimamente ligada a saúde e bem-estar da família e do conjunto dos associados ou cooperados.

A adesão a um ideário de cunho socioambiental encontra-se relacionada à construção de sujeitos que na sua atuação no mundo buscam a não-destruição do meio-ambiente, enquanto condição para o desenvolvimento de um modo de viver sustentável, o que para os agricultores agroecológicos se converte na manutenção da terra sadia e produtiva, meio de desenvolvimento de uma vida plena, garantida pelo trabalho autônomo, de maneira que seja possível ‘levar uma vida boa’ e, como afirmou um entrevistado, “deixando um mundo, um planeta muito melhor pra os filhos dos nossos netos” (INFORMANTE D).

De acordo com a interpretação de Woortmann (1990), o que permite pensar em termos de uma estruturação de significados que dão sentido a uma determinada ordem social produzida pela história não é a ocorrência de elementos valorativos, mas o fato de serem nucleantes e acontecerem em interdependência, produzindo uma ética pertencente a uma ordem social particular, configuradora de uma determinada tradição sociocultural com a qual os sujeitos se identificam, o que no caso dos agricultores envolvidos neste estudo se dá em termos de uma interdependência entre os valores relacionados ao ‘trabalho’, ‘terra’, ‘família’, ‘qualidade de vida’ e ‘meio-ambiente’, de maneira que, no decorrer da vida desses sujeitos, o estabelecimento de estratégias⁴¹ econômicas, sociais, políticas ou produtivas encontra-se relacionado à ‘luta’ pela aquisição da terra, enquanto conquista do espaço de moradia e desenvolvimento do bem-estar e saúde da família e, sobretudo, a garantia do trabalho ‘livre’, condição para realização do pai responsável pela família.

Buscando uma leitura geral a partir desse particular empírico, tal conjunto de categorias culturais se articula com as categorias teóricas presentes nas perspectivas de Woortmann (1990) sobre ‘reciprocidade’, ‘honra’ e ‘hierarquia’ dentro da discussão sobre campesinidade e de Carvalho (2011) referente às categorias ‘acolhimento’ e ‘reciprocidade’ presentes em sua abordagem sobre ética ambiental, o que permite pensar em termos dos processos sociais que se encontram envolvidos na adesão à agricultura de base agroecológica e em que medida há o

⁴¹ A ideia de estratégia aqui se relaciona a uma dimensão prática frente às escolhas realizadas.

estabelecimento de uma superação da subalternidade relegada aos modos de vida camponeses na modernidade.

Woortmann (1990) não enfoca o sentido amplo da reciprocidade, enquanto conceito teórico, mas apenas naquilo que diz respeito às relações com a ética da campesinidade, tratando-se do que o autor denomina como sendo o ‘espírito da reciprocidade’, o que não implica necessariamente a realização de trocas, dizendo respeito a um princípio moral que se afirma pela negação do ‘espírito do lucro’, opondo-se a formas modernas individualizantes baseadas no ‘espírito da mercadoria’. Essa ‘reciprocidade’ opera num contexto de produção de um universo significativo em que se encontra em jogo a produção de um ordenamento moral concebido holisticamente, de forma que, inter-relacionado aos princípios da ‘honra’ e da ‘hierarquia’, permite a compreensão daquilo que o autor denominou ‘campesinidade’, que no caso dos agricultores de base agroecológica estudados é acrescido de uma ‘reciprocidade ampliada’ pela introdução do meio-ambiente, enquanto um valor.

Conforme visto, se tratando da configuração de uma cultura camponesa, essa ‘reciprocidade’ somente existe em articulação com outros valores fundamentais no contexto do ordenamento social a que pertencem, sendo o caso da ‘honra’, pois conforme observa Woortmann (1990, p. 60) “a reciprocidade opera, então, no contexto da honra”, que somente ocorre entre iguais, que por intermédio da relação com a terra, patrimônio da família, garante a autonomia no trabalho, que em última instância é condição para realização do pai honrado, que através da personificação do valor-família concretiza o valor-hierarquia. Essa hierarquia não é a hierarquia do indivíduo, presente nas formas modernas, dizendo respeito à garantia da subordinação da parte ao todo, o que no caso dos agricultores de base agroecológica estudados é materializado tanto na família como na associação ou na cooperativa.

A forma de ‘reciprocidade ampliada’ está relacionada ao ‘meio-ambiente’, enquanto um valor apropriado por esses sujeitos dentro de um processo histórico de introdução da questão ambiental no meio rural, referindo-se ao fato de que entre esses agricultores a negação de um ‘espírito do lucro’ também está relacionada à preocupação ambiental que leva em conta uma responsabilidade planetária e intergeracional, ou seja, a ação do sujeito está colocada para além dos círculos relacionais determinados como a comunidade ou a sociedade envolvente,

expandindo-se a uma escala em que se acredita que a ação no local invariavelmente está atrelada a uma dimensão global em que seres humanos e não-humanos devem conviver harmoniosamente, opondo-se à lógica antropocêntrica moderna.

No momento em que os agricultores passam a produzir baseados na agroecologia, não se veem somente como produtores de mercadorias agrícolas, tendo-se todo um leque de responsabilidades associadas à discussão ambientalista, envolvendo a preocupação com o que e como se produz, para quem e para que se produz. Isso está intimamente relacionado à alteração no contrato social, enunciado por Zanoni (2004), tendo-se a delegação de outros papéis ao meio rural que não se resume à produção de alimentos, o que no caso da agricultura de base agroecológica converte o agricultor em um 'sujeito ecológico', nos termos definidos por Carvalho (2005), ou seja, na realidade estudada, cada membro da cooperativa ou associação é participante de processos subjetivos que envolvem a internalização do ideário ecológico, tratando-se da constituição de uma ética a partir do 'universo do ambiental' e consequentemente o coloca enquanto um agente na constituição do campo ambiental brasileiro.

Essa outra visão, denominada por Carvalho (2011) 'novas reciprocidades', está presente no contexto da contemporaneidade enquanto norteadores éticos da relação do ser humano com a natureza, resultando na contraposição à visão onipotente e controladora que, segundo Carvalho (2011), orienta a formação do sujeito moderno, sendo um traço do processo civilizatório, tratando-se de uma espécie de 'espírito de reciprocidade ampliada' por uma concepção de mundo que leva em conta a busca pelo estabelecimento de uma relação positiva entre o homem e o meio-ambiente, o que se opõe ao utilitarismo historicamente constituído pela visão moderna, em que a natureza é um objeto a ser dominado pelo homem e, independente das consequências, deve servir às suas necessidades.

A partir do trabalho de campo e em consonância com a leitura de Woortmann (1990), foi possível constatar que os agricultores de base agroecológica pertencem a um ordenamento moral camponês que, baseado numa visão holística do mundo, opõe-se às formas individualizantes modernas, revelando que a adesão à agricultura de base agroecológica configura-se em uma estratégia de reprodução do pertencimento desses sujeitos a uma tradição camponesa, que considerada nos termos definidos por Woortmann (1990) não se trata do resquício de um passado

sobrevivente no presente, mas um referencial para as gerações presentes, sob o qual se constroem as possibilidades futuras, possibilitando pensar em termos do quanto esses modos de vida têm a informar à sociedade em geral acerca de formas possíveis de realizar a humanidade que não aquela que historicamente se tornou dominante, baseada no individualismo competitivo e na acumulação desmedida que hoje ameaça a própria possibilidade de reprodução da vida no planeta.

Tendo em vista que a agricultura de base agroecológica é uma experiência significativa no que tange a relação da agricultura e o campesinato na contemporaneidade, mediante o trabalho de campo e os elementos teóricos, é possível aceitar a hipótese de que a adesão à agricultura de base agroecológica, pelas suas características intrínsecas relacionadas ao fortalecimento de uma campesinidade, se configura enquanto uma experiência camponesa em que são vivenciados processos sociais de superação da condição histórica marcada pela subserviência e subalternidade dentro da estrutura social.

Essa interpretação é possível, tendo como quadro referencial a leitura realizada por Wanderley (2010) acerca dos processos sociais rurais que marcam a presença contemporânea do campesinato nas sociedades latino-americanas, que no entendimento da autora podem ser analisados a partir de questões como a moderna questão fundiária, o debate sobre a industrialização da agricultura e a presença do campesinato nas sociedades contemporâneas, assim como o desenvolvimento de outra agricultura.

Conforme a análise de Wanderley (2010), a história das formações sociais latinoamericanas é marcada pela contínua reprodução da concentração da propriedade da terra, tendo-se com a revolução conservadora da agricultura transformações na base técnica e estreitamento dos laços que vincularam a atividade agrícola ao processo mais geral do desenvolvimento econômico, mas que não foram capazes de alterar a reprodução da contradição estruturante que condiciona um quadro social em que os modos de vida camponeses são subjugados e alijados da possibilidade de reprodução digna na história, experimentado conforme afirma Wanderley (2010, p. 24), “na maioria dos casos, das experiências mais degradantes de trabalho humano.

Em relação a isso, o que os dados empíricos demonstram é que na trajetória social dos agricultores de base agroecológica há o estabelecimento de estratégias que corrompem a lógica dominante de concentração em grandes áreas, tendo-se

através do estabelecimento da luta pela aquisição da terra uma configuração fundiária baseada em pequenas áreas em que se encontra uma matriz produtiva diversificada. Nesse sentido, se faz necessário ter presente que se trata de uma possibilidade de alteração na configuração contraditória entre capital e a terra concentrada que, segundo Wanderley (2010), tem seus reflexos diretos e profundos na forma de sociedade advinda desses modelos, de maneira que todo e qualquer movimento que altere tal configuração representa uma pertinência em termos da superação da forma de dominação presente em nossas sociedades.

É verdade que a alteração na base técnica da produção motivada pela revolução conservadora da agricultura no caso latinoamericano foi dirigida pelas classes possuidoras de terras, que historicamente tiveram o aval e o apoio do Estado para se constituírem como dominantes. Por outro lado, no seio das próprias contradições que esse modelo produz, a agricultura baseada na agroecologia apresenta-se enquanto estratégia capaz de reunir elementos econômicos, políticos e sociais que representam uma contraposição técnica, uma vez que altera a forma de produção agropecuária tendo como base a valorização dos saberes e fazeres próprios da cultura camponesa, social e política, já que insere o camponês enquanto um ator social central dentro de uma concepção de desenvolvimento rural baseado no princípio da sustentabilidade.

Se a forma introduzida pela Revolução Verde baseia-se na artificialização da agricultura, vinculando-a a uma lógica industrial e aliada à ideologia do progresso, subestima todo o arcabouço de conhecimentos tradicionais apropriados culturalmente pelos camponeses no decorrer do tempo, gerando um conjunto complexo de problemas de natureza econômica, social e ecológica. Uma 'outra agricultura' emergente baseada nos princípios da agroecologia, enquanto paradigma científico, se firma enquanto uma possibilidade de valorização dos modos de vida camponeses.

No caso da realidade estudada, o que se encontra é uma valorização dos saberes e fazeres relacionados à indústria tradicional camponesa, não somente pelo fato de existir um mercado consumidor consolidado para os produtos manufaturados a partir das técnicas tradicionais, mas é perceptível nas falas dos agricultores o sentimento de autovalorização gerado pelo fato de terem conquistado clientes fiéis, frequentadores das feiras desde que começaram a fazer a venda direta em Pelotas e Canguçu.

Os agricultores atribuem a conquista da fidelidade desses clientes à capacidade que tem de ofertarem produtos diferenciados, tanto pelos ingredientes coloniais usados, bem como porque são feitos ‘do nosso jeito’, explicam as agricultoras. Ou seja, os pães, as cucas e bolos, os biscoitos, os doces, as rapadurinhas, os patês e demais embutidos, as conservas, os vinhos e licores não são apenas produtos alimentícios vendidos direto ao consumidor, carregam em si um ‘jeito’, um pertencimento a um determinado grupo de pessoas, que detém um conhecimento sobre os ingredientes, o modo de fazer, aprendido através das vivências desses sujeitos artesãos da indústria camponesa. Primeiro é preciso gostar do que faz, esclarece uma agricultora, depois, diz ela: “tem que saber como faz, o que usar. E isso tu vai aprendendo fazendo mesmo, um dia um ensina uma coisa, outro dia, aprende outra e assim vai” (INFORMANTE E).

O que se pode constatar a campo é que o desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica representa um espaço que viabiliza economicamente os agricultores que investem nessa forma de produzir, assumindo uma importância regional⁴², visto que as organizações estudadas estão inseridas em uma região de baixo dinamismo econômico e uma presença significativa de uma agricultura de base familiar incrementada nos últimos anos em função da instalação de projetos de assentamentos de reforma agrária.

Segundo os agricultores as principais vantagens se concentram na facilidade de comercialização, que tanto se dá de forma direta, bem como pelos canais institucionais através do fornecimento de alimentos para merenda escolar ou programa de abastecimento de alimentos, ligado à erradicação da pobreza. Não se pode perder de vista que no caso da participação dos programas governamentais, segundo relatos dos agricultores, são inúmeras as dificuldades enfrentadas, principalmente relacionadas aos preços pagos pelos produtos e as demandas de natureza administrativa que necessitam ser superadas quando se negocia com o Estado, o que implica a constituição de um quadro político, administrativo e técnico que dê conta do processo de mediação entre o ‘mundo da agricultura’ e o ‘mundo da burocracia estatal’.

No que se refere ao ponto de vista sociocultural, o contato com a realidade empírica demonstra que os sujeitos que desenvolvem a agricultura de base

⁴² Isso pode ser verificado empiricamente em intervenção de pesquisa com um enfoque econômico.

agroecológica compartilham de um conjunto de ideias que fazem parte de um processo mais geral associado à introdução da questão ambiental no mundo rural, consolidando do ponto de vista do camponês o enfoque ambiental enquanto modo de agir no mundo, tendo-se a figura de um sujeito ecológico, conforme definiu Carvalho (2011) atuante no cenário do mundo rural em sua especificidade.

Tem-se a adesão dos agricultores à forma agroecológica de produzir, não como um processo natural de conversão de um ator social degradante em outro ser comprometido com a preservação do meio-ambiente, mas referindo-se a um processo histórico e social em que os sujeitos envolvidos incorporam elementos valorativos que passam a fazer parte da teia de significados que, em última análise, compõe a sua cultura, referindo-se forma particular de viver e ver o mundo junto aos seus pares e a sociedade envolvente.

A partir da visão dos agricultores de base agroecológica é possível pensar nos termos de uma superação da degradação da condição camponesa a partir do desenvolvimento de uma agricultura baseada na agroecologia, uma vez que, segundo Molina e Guzmán (2005), frente à produção de desvinculações identitárias do camponês geradas pelo processo de industrialização da agricultura, o campesinato tem uma possibilidade de mudança positiva a partir de um desenvolvimento endógeno.

O potencial endógeno atrelado à agroecologia encontra-se associado a processos de afirmação de identidades sociais, produzidas a partir da relação entre o conhecimento que os sujeitos têm dos agroecossistemas que fazem parte e o grau de compromisso que possuem com a identidade vinculada a esse conhecimento e ao grupo social com que o compartilham. Na compreensão de Molina e Guzmán (2005), a possibilidade de um desenvolvimento sustentável a partir da agroecologia é possível em função do grau de identificação que os agricultores mantêm com a matriz sociocultural gerada na interação com os recursos naturais, dizendo respeito à dimensão agrária do endógeno.

No grupo estudado é identificado o desenvolvimento desse tipo de processo social, em que o potencial endógeno atrelado à agroecologia encontra-se latente, sendo o espaço doméstico e as organizações que esses agricultores fazem parte os espaços em que as relações sociais relacionadas à produção dessa identificação entre os sujeitos e os agroecossistemas são vivenciadas. A introdução da questão ambiental no espaço rural condiciona a incorporação por esses sujeitos de valores

que fortalecem um grau de campesinidade, uma vez que os valores referentes ao 'meio-ambiente' e à 'qualidade de vida' atuam no sentido de fortalecer a interdependência dos elementos referentes a 'terra', 'trabalho' e 'família', componentes do universo valorativo camponês, tendo-se dessa maneira a reprodução do pertencimento a uma ordem moral que se opõe à modernidade, dizendo respeito a uma tradição cultural camponesa.

Conforme sinaliza Woortmann (1990) é necessário ter em vista que a história das formações sociais camponesas não é a histórias das sociedades modernas, de maneira que o campesinato a partir de seus processos sociais construiu na história sua própria forma de ver e existir no mundo e, por essa razão, pode ser compreendido pela sua densidade histórica. Logo, os camponeses não permanecem nem imóveis, nem tampouco caminham para o inevitável fim, enquanto realização histórica, estando o seu destino condicionado pela capacidade que terá essa sociedade de possibilitar a esses sujeitos as condições para realização de uma existência positiva como categoria social e política.

Conforme visto, se por um lado outra agricultura baseada na visão da sustentabilidade possibilita a construção de outro lugar para o campo e para o camponês na sociedade contemporânea, a intervenção de pesquisa junto aos agricultores de base agroecológica demonstra que, além das dificuldades de ordem econômica e política, próprias do sistema econômico e da relação com o estado burocrático moderno, que sobremaneira, penaliza as iniciativas populares ao longo da história, destaca-se uma temática de natureza social que se torna fundamental ao destino do campesinato diante dos desafios sociais contemporâneos.

Trata-se da fragilidade inerente ao processo de sucessão, o que está diretamente relacionado à possibilidade de reprodução da lógica camponesa nos contextos estudados. A possibilidade da migração dos jovens para cidade ou para outras atividades fora do estabelecimento da família, imediatamente, compromete o equilíbrio econômico dos estabelecimentos agrícolas em função da carência da mão-de obra e, em longo prazo, coloca em cheque a capacidade de reprodução de uma lógica cultural camponesa, visto que, uma vez que o desenvolvimento de uma unidade produtiva camponesa não se encontra no horizonte das estratégias de vida dos mais jovens, invariavelmente, a configuração baseada na interdependência entre os elementos constituintes do universo significativo camponês não mais fará parte da teia de significados em que se encontram envolvidos esses sujeitos.

Vale ressaltar que essa questão não faz parte do objetivo da pesquisa, não se reportando ao universo dos jovens, dizendo respeito à percepção dos mais velhos que no decorrer do trabalho externaram tais preocupações, conforme traz a fala do agricultor, que diz: “tem toda essa questão que o jovem não tá ficando na agricultura. Eu vejo isso assim pra mim com certa preocupação, tem essa fatia do agricultor que tá quase se aposentando, outros já tão aposentado, então a força de trabalho tá diminuindo, né”.

Essa relativa diminuição da presença dos mais jovens na atividade agrícola baseada na agroecologia, a título de maior aprofundamento, necessita de um estudo focado nessa temática, de maneira que seja possível situar esse fenômeno no contexto mais geral da relação entre agricultura e campesinato na contemporaneidade, sendo necessária a articulação de um conjunto de dados de natureza quantitativa e qualitativa, primários e secundários, de maneira que se tenha uma leitura da totalidade social a partir dessa questão.

Para efeitos desta pesquisa, o que é possível afirmar é que a agricultura de base agroecológica na região em que se desenvolveu o estudo tem por característica, conforme afirma um agricultor, “ser puxada pelos cabeças brancas”, referindo-se ao fato de que na grande maioria os estabelecimentos agrícolas são comandados por pessoas com uma idade mais avançada, o que não significa que a população não seja constituída por jovens, que em algumas situações apenas é um morador do meio rural, sendo atuantes em atividades urbanas ou desenvolvendo atividades não-agrícolas nos arredores, bem como são encontrados jovens atuando como mão-de-obra no estabelecimento da família, ajudando na feira ou como novos agricultores, que através do advento do casamento e constituição da família investem na agricultura de base agroecológica como meio de vida.

Todas essas situações, referentes à questão da sucessão geracional encontradas no contexto estudado, no conjunto desta pesquisa, não estão sendo tomadas nos termos da constituição de uma resposta positiva ou negativa acerca da capacidade de perpetuação da agricultura de base agroecológica no tempo, pois isso se configuraria naquilo que Shanin (2005) classifica como uma “questão tola”, de maneira que são tomadas como parte do conjunto do contexto empírico em que é buscada uma compreensão acerca dos processos sociais que informam sobre a presença do campesinato na contemporaneidade social a partir da agricultura de base agroecológica.

A partir da visão dos agricultores de base agroecológica, verifica-se que a questão da capacidade de reprodução social do campesinato e da superação da condição subalterna dele na estrutura social, a partir do desenvolvimento de uma agricultura baseada na agroecologia, encontra-se em aberto mediante a introdução do ambientalismo no meio rural e diante de todas as transformações advindas da implantação de uma agricultura baseada na sustentabilidade. Primeiramente, porque a presença da noção de sustentabilidade e da agroecologia é algo novo no cenário rural brasileiro e mundial, demandando assimilação por parte dos agricultores, dos movimentos sociais, do Estado e da sociedade em geral. Depois, há todo um caminho histórico, social e político a ser percorrido pelas gerações futuras que comporão o cenário do campo no futuro, tratando-se de uma vastidão de possibilidades.

Se os modos de vida camponeses são o resultado do processo de adaptação dos sujeitos que investiram nessa adesão social e política ao longo da história, a agricultura de base agroecológica pelas suas características intrínsecas relacionadas à valorização dos modos de vida camponeses, dentro de uma concepção de desenvolvimento rural baseado na sustentabilidade, pode se constituir em um espaço criativo em que as novas gerações se insiram a partir de variadas formas, além da atividade agrícola, pois, conforme observa Wanderley (2010), 'outra agricultura' demanda 'outro agricultor', que diante da possibilidade da valorização é capaz de situar-se como um ser social e político capaz de ter um lugar positivo na composição de uma história geral da humanidade, ou seja, ao invés da imobilidade ou da sucumbência, trata-se da possibilidade de um porvir social marcado pela superação da condição subalterna historicamente constituída.

Conclusões

O estudo procurou tecer uma investigação acerca dos processos sociais que são vivenciados por sujeitos que aderem ao desenvolvimento da agricultura de base agroecológica, buscando a partir da visão dos agricultores uma compreensão sociológica acerca dessa adesão, enquanto estratégia de reprodução de uma lógica sociocultural camponesa e a possibilidade de superação da condição de subalternidade relegada aos modos de vida camponeses na modernidade.

Em termos objetivos, a pesquisa centrou-se na busca pela compreensão da totalidade dos processos e dinâmicas sociais envolvidos na adesão à agricultura de base agroecológica, objetivando, por um lado, compreender aquilo que particulariza o contexto estudado e, por outro, o que marca a relação dele com a sociedade em geral. Dessa maneira, foi possível trabalhar com a hipótese de que essa forma de agricultura se constitui em uma estratégia encontrada pelos agricultores para reprodução de uma lógica sociocultural camponesa, tendo-se a possibilidade de instauração de um quadro de superação da subalternidade e subserviência historicamente relegadas ao campesinato na história social brasileira.

Dentro de uma perspectiva teórico-metodológica que considera o universo significativo dos sujeitos pertencentes à realidade social como ponto de partida para constituição do estudo, a estratégia da intervenção de pesquisa foi constituída pelo registro das falas dos informantes e pela realização de observações diretas realizadas junto ao cotidiano dos agricultores, possibilitando ter-se a dimensão da totalidade social que compõe a visão de mundo desses sujeitos e com isso realizar uma interpretação a partir da mesma.

A abordagem a campo se deu a partir da trajetória social dos agricultores, tratando-se de indivíduos que têm sua cultura estruturada segundo uma configuração em que se constata a reprodução de um pertencimento a uma campesinidade, atrelada ao processo sociopolítico de introdução da questão ambiental no meio rural, de maneira que no contexto estudado constata-se a presença de elementos valorativos como a terra, trabalho, família, meio-ambiente e qualidade de vida atuando de forma nucleada e interdependente, constituindo o pertencimento a um ordenamento moral em que há a subordinação do indivíduo ao todo representado pela comunidade e as ações sociais dos sujeitos estão atreladas

a uma dimensão ambiental, que busca uma relação positiva entre homem e meio-ambiente, o que se opõe a formas fundadas no antropocentrismo.

A pesquisa revelou que se tratam de indivíduos que têm a construção de suas vidas ligadas à agricultura e, conseqüentemente, têm a terra como meio de trabalho e desenvolvimento da vida, de forma que a centralidade na aquisição da propriedade da terra nesses contextos não se trata de uma questão fundamentalmente econômica, tendo o estabelecimento da luta pela aquisição da terra própria uma conotação social, estando associada à consolidação de uma estratégia de estabelecimento das condições para reprodução de uma lógica cultural a que pertencem.

Em termos conclusivos, uma das questões que emergem da pesquisa diz respeito ao fato de que a agricultura de base agroecológica está intimamente relacionada ao processo sociopolítico de introdução da questão ambiental no mundo rural, tendo por meio da participação dos agricultores em redes econômicas, sociopolíticas e sociotécnicas a incorporação de valores como busca pela 'qualidade de vida' e a preservação do 'meio-ambiente', sendo constatado que essa adesão relaciona-se intimamente ao processo de reprodução do pertencimento desses sujeitos a uma tradição camponesa, uma vez que esses valores incorporados potencializam a nucleação e inter-relação existente entre terra, trabalho e família.

Outra questão diz respeito ao fato de que a adesão à agricultura baseada na agroecologia se constitui em uma experiência significativa no que diz respeito à relação da agricultura e o campesinato na contemporaneidade, sendo possível pensar em termos de uma superação da condição histórica marcada pela subserviência e subalternidade dos modos de vida camponeses dentro da estrutura social.

Fundamentalmente, isso é pensado a partir das alterações referentes aos processos sociais rurais que marcam a presença contemporânea do campesinato nas sociedades latinoamericanas, no que tange a questões como a moderna questão fundiária, o debate sobre a industrialização da agricultura e a presença do campesinato nas sociedades contemporâneas.

Em relação à questão fundiária, os dados empíricos demonstram que há o rompimento com a lógica dominante de concentração em grandes áreas, tendo-se através da aquisição da terra uma configuração fundiária baseada em pequenas áreas em que se encontra uma matriz produtiva diversificada. Nesse sentido, se

trata de uma possibilidade de alteração na configuração contraditória entre capital e a terra concentrada que marca a formação social brasileira, tendo seus reflexos em termos da superação da forma de dominação presente em nossas sociedades.

O processo de modernização conservadora da agricultura se baseia na artificialização da produção agrícola e, aliado à ideologia do progresso, subestima todo o arcabouço de conhecimentos tradicionais apropriados culturalmente pelos camponeses no decorrer da história. O que se pode constatar a campo é que na realidade de uma 'outra agricultura' emergente, baseada nos princípios agroecológicos, há a instauração de processos que viabilizam economicamente os agricultores que investem nessa forma de produzir e desencadeiam na sociedade uma valorização dos modos de vida camponeses, materializada através da autovalorização dos modos de vida por parte dos próprios agricultores, bem como pela alta aceitação dos consumidores dos produtos manufaturados segundo o conhecimento e as técnicas tradicionais campesinas.

Em relação às dinâmicas sociais que estão envolvidas nos processos sociais estudados, no que se refere à dimensão sociocultural, o contato com a realidade empírica demonstra que os agricultores de base agroecológica compartilham de um conjunto de ideias que fazem parte de um processo mais geral associado à introdução da questão ambiental no mundo rural, consolidando do ponto de vista do camponês um modo de agir no mundo guiado pelo enfoque socioambientalista, tendo-se a figura de um sujeito ecológico atuante no cenário do mundo rural. Dessa maneira, essa adesão dos agricultores à forma agroecológica de produzir se constitui em um processo histórico e social em que os sujeitos envolvidos incorporam elementos valorativos que passam a fazer parte da teia de significados que, em última análise, compõe a sua cultura.

Diante disso é possível pensar nos termos de uma superação da degradação da condição camponesa a partir da agroecologia, uma vez que a mesma, em função de suas características relacionadas à valorização dos conhecimentos tradicionais, é capaz de instituir processos de afirmação identitárias, produzidas a partir da relação entre o conhecimento que os sujeitos têm dos agroecossistemas que fazem parte e o grau de compromisso que possuem com a identidade vinculada a esse conhecimento e ao grupo social com que o compartilham, que no caso do grupo estudado se dá na esfera doméstica e das

organizações das quais os agricultores fazem parte, tendo-se o desencadeamento do desenvolvimento endógeno.

Esse tipo de desenvolvimento, invariavelmente, representa uma superação histórica para os modos de vida camponeses, uma vez que, a partir da sua forma particular de ver o mundo, torna-se possível a construção de uma existência positiva. Em vez da imobilidade, tem-se o movimento na direção da construção de outra forma de relacionamento entre os seres humanos e destes com os não-humanos. No lugar da sucumbência de uma forma de sentir, ver e organizar a vida, eis que emerge a possibilidade humana da reinvenção das formas de significar o mundo. Frente aos processos sociopolíticos que produzem a subalternidade e a subserviência, impõe-se um conjunto diversificado de sujeitos sociais que situa o campesinato como categoria social e política significativa na construção de outra hegemonia baseada no respeito ao outro e a natureza em que ele se realiza.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **Revista Ruris**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 157-186, 2007.

ALONSO, Angela; MACIEL, Débora; COSTA, Valeriano. **O processo de formação da rede de ativismo ambientalista no Brasil**. In Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, Florianópolis, 25 a 27 de abril de 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **No rancho fundo. Espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia/MG: EDUFU, 2009. 244 p.

BRANDENBURG, Alfio. **Ciências sociais e ambientais rural: principais temas e perspectivas analíticas**. Revista Ambiente e sociedade. v. 8 n.1. Campinas, Jan./Jun., 2005.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. In Simpósio Nacional sobre o Cerrado e o Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais. 2008. Disponível em: http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio/projeto/palestras/capitulo_29.pdf Acesso em: 05/jan/2012.

CARVALHO, Isabel C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: Sato, Michele. & Carvalho, Isabel. C. M. (orgs) **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre, Artmed, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental a formação do sujeito ecológico**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 255 p.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Versão resumida do relatório final do Projeto UTF/BRA/036, Brasília, novembro de 1994.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1973; 1989.

GLIESSMAN, Stephen. R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais.** Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Vol. 1, n. 1, Florianópolis: Interthesis, 2004.

GOTUZZO, Gizela Leitzke. **O papel das organizações de economia solidária na promoção da sustentabilidade dos agricultores familiares agroecológicos da região de Pelotas.** UCPEL. Pelotas, 2009, 205 p. (Dissertação de mestrado).

GRAMSCI, Antônio. **Poder, política e Estado.** Emir Sader (org.); Trad. Eliana Aguiar. 1 ed. Expressão Popular, 2005 144 p.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária.** Porto: Portucalense, 1972.

LÊNIN, Ilitch Uliánov. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Revista Nera, UNESP, Ano 11, n. 12 . Jan./Jun., 2008

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MELÃO, Barreto Ivo. **Desenvolvimento Rural Sustentável a partir da Agroecologia e da Agricultura Orgânica: O Caso do Paraná.** Nota Técnica Ipardes, Curitiba, n.8, out. 2010. Curitiba, 2010.

MOREIRA, Rodrigo Machado. **Transição agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP**. Unicamp, Nov. de 2003. (Dissertação de Mestrado).

PAOLIELLO, Renata Medeiros. **“Condição camponesa” e novas identidades entre remanescente de Quilombos no Vale do Ribeira de Iguape**. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões: construções identitárias e sociabilidade*. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: UNESP, 2009.

PLOEG, Jan Dirk Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Paulo Petersen (org) - Rio de Janeiro: ASPTA, 2009.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo e MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. BRASILIA, MARÇO DE 2005. Trad. Ênio Guterres e Horacio Martins de Carvalho. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/IgorBulhes/sobre-a-evolucao-do-conceito-de-campesinato>>

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas**. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. *Revista Nera*. Presidente Prudente. Ano 8, n. 7, jul/dez 2005, p. 1-21.

SURITA, Rita (coord.); BUCHWEITZ; Suzane; SOARES; Antônio; LESSA, Daniela; RADTKE, Islair; COUTINHO, Ledeci; WIEGAND, Nair. **Descobri que tem raça aqui**. Pelotas, 2ª ed. 2007. S/ed. 104 p.

VIOLA, Eduardo e LEIS, Hector R. O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para Além da Rio-92: O Desafio de uma Estratégia Globalista Viável. In **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais**. Org. por Viola, Eduardo; Leis, Hector e outros. São Paulo: Cortez, 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A Sociologia Rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade**. Revista ALASRU, Análisis lationoamericano del Medio Rural, Nueva época, núm. 5, Cidade do México, Out. 2010. p. 17- 44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, Out., 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX encontro anual da ANPOCS. Gt17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG.Outubro 1996.

WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v.1. São Paulo: UNESP; Brasília (DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

ZANONI, Magda. **A Questão Ambiental e o Rural Contemporâneo**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 101-110, UFPR: jul/dez., 2004.

Anexos

Anexo 1 – Roteiro de entrevista geral

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Linha de pesquisa Desenvolvimento e Meio Ambiente

ROTEIRO DE ENTREVISTA GERAL⁴³

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nº da entrevista:

Nome do entrevistado:

Função na associação:

2 – 1º BLOCO

2.1 Trajetória na agricultura.

2.2 Trajetória na organização (ARPASUL ou CSE).

2.3 Motivação para participar da organização (ARPASUL ou CSE).

2.4 Visão presente e expectativas futuras sobre a prática da agricultura de base agroecológica.

2.5 Rotina de trabalho e a visão acerca da participação da família na produção.

2.6 Mapeamento das redes econômicas, sociais, políticas e sociotécnicas que participam.

3 ANOTAÇÕES DA ENTREVISTA

⁴³ Este roteiro foi utilizado na interlocução com os agricultores em geral, independente de sua função na entidade.

Anexo 2 – Roteiro de entrevista com os dirigentes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Linha de pesquisa Desenvolvimento e Meio Ambiente

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS DIRIGENTES⁴⁴

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nº da entrevista:

Nome do entrevistado:

Função na associação:

2 - 1º BLOCO

2.1 Trajetória na agricultura.

2.2 Trajetória na organização (ARPASUL ou CSE).

2.3 Motivação para participar da organização (ARPASUL ou CSE).

2.4 Visão presente e expectativas futuras sobre a prática da agricultura de base agroecológica.

2.5 Rotina de trabalho e a visão acerca da participação da família na produção.

2.6 Mapeamento das redes econômicas, sociais, políticas e sociotécnicas que participam.

3 – 2º BLOCO

Dados históricos e relacionados à dinâmica organizativa e funcional da organização (origem e fundação, direção política e administrativa, redes econômicas, políticas e sociotécnicas)

3 ANOTAÇÕES DA ENTREVISTA

⁴⁴ Este roteiro foi utilizado na interlocução com os agricultores que exercem a atividade de direção das organizações. Contém as mesmas questões do roteiro geral, acrescidas de questões referentes à dinâmica organizativa das organizações.